

**AUDIÊNCIA PÚBLICA:
DIREITOS INDÍGENAS – O QUE PRECISA DE VERDADE
PARA FAZER FUNCIONAR**



Data: 02 de março de 2016

Local: Casa dos Saberes da FOIRN

Realização: FOIRN

Parceria: MPF/AM, FUNAI e ISA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

DIREITOS INDÍGENAS. O QUE PRECISA DE VERDADE PARA FAZER FUNCIONAR.

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) está convocando uma audiência pública na sede da instituição, no dia 02 de março (quarta-feira), em São Gabriel da Cachoeira (AM). São convidados a participar representantes da Secretaria de Direitos Humanos, Igualdade Racial e das Mulheres, do Observatório de Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Justiça, da FUNAI, representantes das Assembleias Legislativas estadual e federal, além de instituições locais

Esta audiência pública objetiva apresentar e discutir junto a indígenas e não indígenas da região as situações de descaso e precariedade nos serviços públicos e privados em São Gabriel da Cachoeira que vêm aumentando ano a ano, bem como a negligência do poder público em relação aos problemas vivenciados pelos povos Hupd'äh e Yuhupdeh – classificados como de recente contato pela FUNAI – cuja situação social sintetiza e representa de forma mais acentuada o que outros povos indígenas do rio Negro vêm enfrentando.

Serão discutidas na audiência questões relacionadas ao acesso à documentação e benefícios sociais, saúde, educação, segurança pública e práticas abusivas dos bancos e de comerciantes locais. Os indígenas Hup'däh e Yuhupdëh, que habitam os interflúvios dos rios Tiquié e Papuri, se deslocam para São Gabriel da Cachoeira em busca de documentação básica e benefícios como Bolsa Família, salário-maternidade, aposentadoria, pensão por morte, entre outros. O fluxo desses indígenas tem aumentado significativamente nos últimos anos, permanecendo acampados em condições precárias nas praias, pedras e margens do rio Negro, perto do Porto Queiróz Galvão. Na cidade eles têm sofrido com a alta incidência de malária, doenças sexualmente transmissíveis, o que tem ocasionado mortes que poderiam ser evitadas. Além disso, bancos e comerciantes locais têm estimulado o endividamento dos indígenas, o que os fragiliza ainda mais.

As instituições públicas não prestam atendimento adequado, isso faz com que os indígenas permaneçam meses esperando atendimento para solucionar suas pendências (muitas vezes sem êxito). Junto aos altos preços dos alimentos, cria-se uma situação de insegurança alimentar cada vez mais aguda já que eles não dispõem de área para caça, pesca e manejo florestal ao redor da cidade. Por outro lado, a situação não é menos desfavorável quando se trata de atendimento médico. A FOIRN protocolou em Janeiro de 2016 uma denúncia ao Ministério Público relatando uma série de problemas vivenciados pelos indígenas no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) local como falta de medicamentos, equipamentos

precários, negligência médica, e principalmente o não atendimento dos indígenas em seus territórios de origem.

A educação escolar indígena também se encontra em situação bastante grave, pois sofre com a falta de infraestrutura e espaço físico nas comunidades. O não reconhecimento e a falta de apoio para elaboração de projetos político-pedagógicos indígenas, a falta de material didático em língua indígena, a falta de merenda escolar (ou quando há muitas vezes está vencida) são alguns aspectos principais. Vale ressaltar que diversas pactuações realizadas no Seminário de Educação Escolar Indígena do Rio Negro de 2014 em São Gabriel da Cachoeira e no âmbito do território etnoeducacional do rio Negro não foram cumpridas nos últimos 7 anos. Para piorar, apesar dos esforços para pactuação do Plano Decenal de Educação Escolar do município, não há sinalização que será cumprido pelo Poder Público.

É importante ainda colocar o cenário de insegurança pública e impunidade no judiciário do município. A exemplo dos comerciantes condenados em casos de pedofilia e outros crimes no município, que permaneceram presos por pouco tempo. As práticas de vários comerciantes de ficarem com os cartões de benefícios dos indígenas é frequente, apesar de investigação da Polícia Federal. Vários assassinatos de indígenas não são investigados.

Esse quadro de vulnerabilidade social gera uma falta de perspectiva que afeta todos os indígenas, o que está vinculado aos graves problemas relacionados ao uso excessivo de álcool e aos altos índices de suicídios registrados na região. Por esses motivos serão apresentados ao Ministério Público dados sobre o atendimento das instituições públicas e privadas, com foco nos Hup'däh e Yuhupdëh, bem como propostas de ações possíveis para mitigar esse conjunto de problemas. Por meio de um extenso dossiê antropológico que dá conta dos últimos três anos de atendimento precário aos indígenas; um quadro sintético apresentando problemas institucionais e possibilidade de articulação envolvendo diferentes esferas do poder público (municipal, estadual e federal); e por fim um compêndio de legislação específica que define os papéis de cada instituição, formam assim as três peças que darão embasamento para iniciativas do Ministério Público.

PROGRAMAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
DIREITOS INDÍGENAS. O QUE PRECISA DE VERDADE PARA FAZER FUNCIONAR.

LOCAL: Maloca da FOIRN

DATA: 02/03/2016

HORÁRIO: 10:30 às 15:00

10:30h: Abertura da Diretoria da FOIRN (Marivelton)

11:15h: Apresentação da Diretora presidenta da FOIRN (Almerinda)

12:00h: Falas dos representantes indígenas sobre os principais problemas

13:30h: Mesa com Procurador do MPF-AM Fernando Merloto Soave

15:00: Encerramento com vídeo sobre beiradão

**DOCUMENTO PRELIMINAR DO DOSSIÊ ENTREGUE AO MPF-AM
POR OCASIÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA “DIREITOS INDÍGENAS –
O QUE PRECISA DE VERDADE PARA FAZER FUNCIONAR” (São
Gabriel da Cachoeira, sede da FOIRN, 2 de março de 2016)**

Documento elaborado por um conjunto de colaboradores (pesquisadores, profissionais da saúde e da FUNAI) com vistas a fornecer subsídios à CR Rio Negro (Coordenação Regional Rio Negro) e à FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro)

São Gabriel da Cachoeira, 26 de fevereiro de 2016

1. Introdução

Após apresentação geral desta breve contextualização preliminar, seguem três documentos esquematizados em tabelas. O primeiro deles, *“Possibilidades de Ações e Articulações Institucionais”*, enfoca propostas de iniciativas a curto, médio e longo prazo para qualificação do atendimento dos povos indígenas da região nas instituições públicas e privadas. A segunda, *“Perspectivas Hup’däh e Yuhupdëh: problemas e soluções propostas”* parte de iniciativas e reflexões acerca das dificuldades que afetam especificamente esses povos, apresentando sugestões de melhorias, desde o ponto de vista deles. A tabela seguinte, *“Definição de papéis institucionais, legislações específicas e recursos financeiros”*, apresenta um conjunto inconcluso de leis, decretos, portarias, entre outros instrumentos jurídicos de algumas instituições, que merece maior refinamento para o embasamento das ações, de modo a garantir suporte jurídico à melhoria do atendimento da população nos órgãos públicos e privados. Estes documentos serão complementados com anexos (relatórios, cartas, denúncias, fotos, vídeos, ofícios, entre outros documentos), gravados em mídia, que contribuirão para subsidiar toda a elaboração deste trabalho. Essa última parte será entregue no dia da audiência. Portanto, o dossiê é composto de cinco peças que se entrecruzam.

Deste modo, o presente documento visa fornecer informações acerca do impacto negativo que o acesso à rede de benefícios sociais e de documentação básica vem produzindo na vida dos indígenas de São Gabriel da Cachoeira, sobretudo a partir da situação dos povos Hupd’äh e Yuhupdëh, cuja condição na cidade tem se mostrado muito vulnerável. Trata-se de um esforço de síntese de uma série de levantamentos realizados nos últimos anos por um conjunto de profissionais de diversas áreas de forma a dar subsídios para as instituições locais melhorarem o atendimento e respeitarem a especificidade da população indígena.

Destacamos, desde já, que o desenho institucional dos programas sociais dificulta – no limite, impossibilita – o exercício de uma cidadania plena por parte dos indígenas. Estamos diante de um descompasso estrutural entre o modo de vida dessas populações e o modo como esses benefícios do governo foram pensados e estão sendo aplicados nessas populações, o que gera um ônus cada vez maior aos indígenas. Ainda que os problemas aqui expostos sejam mais agudos ou mais visíveis, por uma série de motivos, no caso dos Yuhupdëh e dos Hupd’äh, sendo esse o motivo do documento focar nesses povos, é importante colocar que atingem toda a população indígena de São Gabriel da Cachoeira. Assim, esperamos que este documento, bem como os demais que compõem o dossiê encaminhado, tenha um alcance geral para os indígenas da região.

As políticas de benefícios sociais instauradas pelo Estado brasileiro nos últimos anos têm contribuído significativamente para um aumento do deslocamento de populações oriundas das comunidades para a sede do município, instalando-se temporariamente no perímetro urbano para obter a documentação necessária para acessar os programas sociais, fazer a retirada do dinheiro

nas instituições financeiras e comprar mercadorias. Dentro dessa onda migratória sazonal, os Hupd'äh e Yuhupdëh se destacam na paisagem local, infelizmente de forma negativa, na medida em que apenas recentemente se intensificou sua relação com o ambiente urbano, com os modos de relação nele pressupostos e, de maneira geral, com o próprio Estado nacional. O próprio acesso de primeira mão ao dinheiro e às mercadorias também é um processo relativamente recente na vida desses povos.

Desta forma, esses povos são atualmente classificados pela FUNAI como “Povos de Recente Contato”, principalmente devido aos crescentes fatores de vulnerabilidade que os atingem: a) A ausência de ações diferenciadas e específicas de atenção à saúde e prevenção de doenças infectocontagiosas; b) a introdução de sistemas educacionais que não estão embasados em modelos metodológicos diferenciados e específicos, ou seja, que não atendem a uma relação de reconhecimento de outras formas de alteridade; c) a presença de missionários que desenvolvem o proselitismo religioso nas terras indígenas; e d) a introdução de dinâmicas de uma economia de mercado e de consumo, sem o estabelecimento de diálogo com os povos indígenas quanto às expectativas e perspectivas dessas novas relações, e um acompanhamento que busque a valorização de suas próprias formas de organização econômica" (FUNAI, p.2, site, 05/03/2015¹).

O contato com a cidade começou a se intensificar de maneira mais acentuada a partir de 2006 e 2007 quando a Secretaria Municipal de Educação e de Saúde passou a contratar professores e agentes indígenas de saúde Hupd'äh e Yuhupdëh. É digno se notar que o trabalho da ONG Saúde Sem Limites foi importante neste ponto na medida em que, durante esse período, ofereceu cursos de formação específicos para esses povos, que justamente apresentavam essa demanda. Com isso, uma parcela dessa população viu-se obrigada a fazer incursões mais constantes à cidade devido à necessidade de regularizar documentação pessoal, receber salário e resolver pendências com as respectivas secretarias. Contudo, é a partir de 2012 que podemos observar um ponto de inflexão no fluxo migratório sazonal com a realização de “Mutirão de Registro Civil e Documentação Básica entre os Povos Hupd'äh e Yuhupdëh”, custeado pela Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS/FUNAI/Brasília-DF) e sob a responsabilidade Coordenação Regional da FUNAI e de parceiros: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Conselho Nacional de Justiça, INSS, SEAS/AM, TRE/AM, TJ/AM e Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira/AM. A ação se insere no processo de expansão dos programas sociais de benefícios (aposentadorias, salário maternidade, bolsa família, bolsa cidadão etc.), o que implica as campanhas para acessar esses benefícios. E ainda, em janeiro de 2014, a abertura de uma agência do INSS em São Gabriel da Cachoeira foi outro fator importante de atração desses povos para a cidade.

1 <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoess/povos-indigenas-isolados-e-de-recente-contato?start=1#>

Assim, em linhas gerais, consolidou-se esse padrão anual de incursões de centenas de pessoas dessas etnias para a cidade para expedir documentos e tentar acesso aos benefícios sociais no tempo das férias escolares nas comunidades, sobretudo entre os meses de dezembro e março, mas também no mês de julho. A situação diferenciada – demarcada pelo Estado com a classificação “Povos de Recente Contato” – coloca-os numa posição muito vulnerável. Diferentemente dos outros povos indígenas da região, os quais possuem uma rede de parentes morando na cidade, não encontrando, portanto, tantas dificuldades de hospedagem, e têm uma maior profundidade histórica na relação com as instituições educacionais e estatais, os Hupd’äh e os Yuhupd’äh ainda não dispõem de lugares bem estabelecidos de hospedagem, bem como não dominam os conhecimentos e os modos de interação para se orientar nos ambientes institucionais. Durante o período na cidade, as famílias Hupd’äh e Yuhupd’äh permanecem acampadas às margens do rio Negro, em local regionalmente conhecido como “Beiradão”, nas proximidades do porto Queiroz Galvão². Acrescente-se o fato de grande parte da população não dominar o português e tampouco os códigos exigidos para entender o funcionamento dos serviços urbanos.

O interesse em dar entrada na maior parte possível dos documentos de cidadania de cada membro da família faz com que os pais viajem anualmente, desde 2013, no período de recesso escolar, com todos os seus filhos para a sede do município. Assim, há um número elevado de pessoas nesses acampamentos, algo que tem se revelado calamitoso dada à insalubridade do local. Os locais de acampamento são marcados pela alta incidência de malária, diarreia, DSTS e uso excessivo de bebidas alcoólicas. O acesso à água de qualidade é prejudicado pela alta concentração de pessoas, que quebra a lógica sanitária tradicional destes indígenas. Os suicídios, a fome, as doenças e as não raras mortes de crianças desnutridas são parte deste cenário, além das situações de violência e roubo de suas embarcações e motores. Situações essas que se agravam na medida em que se estende o tempo de permanência nesse ambiente, dadas as dificuldades na expedição de documentos, no acesso aos benefícios sociais e nas pendências burocráticas que não se resolvem. Os períodos que, de início, são vistos como momentos de vivência no universo urbano e em tudo diferente da vida nas comunidades acabam por se tornar dramáticos pelas dificuldades encontradas no meio urbano.

2. As ações no Beiradão

Dentro desse contexto preocupante, em abril de 2014 foi constituído um grupo de trabalho interinstitucional em São Gabriel da Cachoeira envolvendo representantes da secretaria municipal, DSEI, FOIRN, ISA, CR Rio Negro, e pesquisadores colaboradores dessa instituição,

2 Algumas famílias Hupd’äh, sobretudo as oriundas do rio Papuri, as quais apresentam um padrão de descida para a cidade que se limita aos professores e agentes indígenas de saúde, permanecem ou nos barracões da Prefeitura ou em casas de indígenas das etnias Tukano e Desano, com os quais mantêm relações tradicionais de troca.

objetivando propor ações e melhorias ao atendimento das populações Hupd'äh e Yuhupdëh junto aos órgãos públicos. Este grupo foi gestado para avaliar a articulação interinstitucional ocorrida no mesmo ano no Beiradão, organizada entre os dias 20 a 31 de janeiro, e formular futuras estratégias de ação em relação aos Hupd'äh e Yuhupdëh, não somente na cidade, mas também em suas comunidades. As ações no Beiradão sucederam-se nos anos de 2014, 2015 e 2016, sob a coordenação da FUNAI, visando promover o atendimento de saúde dessas populações, o levantamento da documentação pendente destes indígenas e o encaminhamento à rede de benefícios sociais do governo federal, bem como à documentação básica. Em caráter emergencial, o DSEI ofereceu cestas de alimentos aos indígenas acampados no Beiradão em 2014 e 2015, enquanto a FUNAI providenciou, ao longo de todas as ações, a distribuição de gasolina e de alimentação para garantir o retorno deles às suas comunidades.

Em agosto de 2015 foi realizada pela primeira vez na sede da FUNAI, em Brasília, uma reunião interministerial enfocando os problemas vivenciados pelos povos Hupd'äh e Yuhupdëh em São Gabriel da Cachoeira. A reunião contou com representantes do órgão no âmbito federal, e da CR Rio Negro, bem como de pesquisadores colaboradores da instituição, de um representante do povo Hupd'äh, e de técnicos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Em face da exposição dos problemas, acordou-se na reunião que a FUNAI sede garantiria à CR Rio Negro orçamento necessário para execução da ação do Beiradão junto aos Hupd'äh e Yuhupdëh em 2016, assim como suporte para a construção de uma casa de apoio para alojar adequadamente os indígenas. Foi sugerido, ainda, durante a reunião, que a FUNAI articulasse no âmbito federal os órgãos parceiros dentro de um prazo exequível, de modo a garantir recursos humanos, financeiros e infraestrutura para a boa condução das atividades no Beiradão em 2016. Ainda no final de 2015, o coordenador da FUNAI local, Domingos Barreto, esteve em Brasília novamente na sede da instituição, apresentando proposta de ação emergencial elaborada em conjunto com colaboradores e pesquisadores. Esse plano, entretanto, não foi executado, conforme proposto, em virtude do orçamento exíguo disponibilizado pela FUNAI sede, bem como da fraca articulação no âmbito federal.

Apesar dos esforços da CR Rio Negro em favor da articulação e da coordenação das ações institucionais, as iniciativas, de modo geral, não tiveram continuidade; sequer o grupo de trabalho constituído no município e a articulação com os órgãos federais funcionaram. Ainda assim, no dia 12 de janeiro de 2016 a CR Rio Negro articulou, na sede da FOIRN, uma reunião junto a entidades indígenas, órgãos públicos, pesquisadores e demais colaboradores da instituição em São Gabriel da Cachoeira. Esse encontro objetivou alinhar o mapeamento das populações Hupd'äh e Yuhupdëh acampadas no Beiradão no presente ano e o encaminhamento de suas demandas para as instituições. Participaram da reunião técnicos do DSEI, cartório, prefeitura, CRAS, FOIRN, pesquisadores e colaboradores da CR Rio Negro, assim como o coordenador e técnicos da instituição. Foi organizada uma equipe interinstitucional coordenada por antropólogos

colaboradores da CR Rio Negro para executar o mapeamento das demandas dos indígenas acampados no Beiradão, principalmente no que concerne à falta de documentação básica e ao acesso aos programas sociais. Enunciamos esse breve panorama para destacar que o fluxo dos povos Hupd'äh e Yuhupdëh para São Gabriel da Cachoeira, bem como os problemas que têm enfrentado na cidade, é de conhecimento do poder público local e federal. Inclusive, cabe destacar que uma denúncia foi elaborada em 2015 pela FUNAI da CR Rio Negro, e encaminhada junto com a FOIRN ao Ministério Público Federal. Nela, relata-se a grave situação de vulnerabilidade social que esses povos indígenas vêm enfrentando em São Gabriel da Cachoeira em busca de benefícios sociais e de documentação. Outro ponto importante que esse documento destaca é a exploração econômica dos indígenas por parte dos comerciantes e bancos. Prática essa que, cabe frisar, se mantém, conforme detalharemos adiante. Apesar dos esforços do MPF em investigar o caso, as medidas tomadas até o momento ocasionaram uma série de imprevistos na dinâmica do pagamento do programa bolsa família, conforme destacaremos logo a seguir.

Dedicaremos a próxima seção a discutir o atendimento institucional das populações Hupd'äh e Yuhupdëh, destacando como a rotina de determinado órgão afeta a dinâmica, de maneira direta ou indireta, de outras instituições, organizada em uma rede complexa, que, do ponto de vista dos Hupd'äh, Yuhupdëh e demais indígenas da região se apresenta como um labirinto burocrático. Os dados preliminares aqui levantados são de natureza etnográfica. Eles apontam, sobretudo, o *papel ativo e deliberado* das instituições públicas locais e no âmbito do governo federal, bem como de comércios e bancos, na produção crescente da pauperização e endividamento das populações Hupd'äh e Yuhupdëh, o que segue de forma acelerada na região. Fato este, portanto, que vem se agravando ano após ano em razão do mau atendimento prestado a esses povos, e à população em geral, pelos órgãos públicos e instituições privadas. Como pretendemos demonstrar, não é possível reverter a situação de vulnerabilidade desses povos sem que haja um plano de ação coordenado envolvendo as diversas instituições que participam do processo. Plano esse que não pode ser definido a priori, mas construído através de diálogos, reuniões, audiências públicas etc. com os variados atores políticos envolvidos e com os próprios Hupd'äh e Yuhupdëh. Neste sentido, frisamos desde já a fundamental importância da presença de lideranças desses povos (das diferentes regiões, ressaltamos) nessas discussões que estão sendo feitas sobre seus povos. Esta, a presença das lideranças, mais que nossa primeira sugestão, é, na verdade, algo que pensamos ser uma condição básica para a continuidade das discussões e das propostas de encaminhamento. O que apresentaremos adiante visa chamar a atenção para pontos críticos relacionados à rotina dos serviços utilizados pelos Hupd'äh e Yuhupdëh, e que não podem ser ignorados no momento de definição institucional de um Plano de Ação.

3. Debilidades institucionais

Em termos institucionais, as debilidades de ordem técnica, de recursos humanos e de infraestrutura, constituem problemas de gestão recorrentes nos órgãos públicos. A alta rotatividade de funcionários, a inadequação no atendimento e falta de materiais básicos de serviço dificultam a execução de ações a curto, médio e longo prazo. Contudo, essas circunstâncias não devem ser encaradas como problemas particulares das instituições. Ao contrário, elas constituem uma disfuncionalidade estrutural, portanto, um problema de sistema. As instituições são interligadas entre si. As deliberações de cada órgão público ou privado reverberam no funcionamento de uma instituição em relação à outra, e, por conseguinte, no atendimento à população.

O funcionamento de uma repartição pública costuma incidir na rotina da outra em razão de uma série de exigências, principalmente de documentos necessários para entrada nos benefícios sociais. Sob a aparente descoordenação das instituições, há, todavia, uma alta interdependência entre elas. Isto faz com que a população enfrente constantes peregrinações para resolução de problemas, a exemplo da documentação básica, cujo acesso gira em torno de uma série de instituições diferentes. No caso dos povos indígenas: cartórios, FUNAI, DSEI, correio, tribunal eleitoral, entre outros órgãos, que possuem regras e resoluções difusas de funcionamento. Isto alimenta uma rede de informações atravessadas, e maus entendimentos, que gera transtornos à população, como a permanência em longas filas por horas, muitas vezes num esforço inconclusivo. É usual, por parte das instituições, a distribuição de poucas senhas de atendimento à população, bem como funcionarem num período insuficiente, forçando a ida da população mais de uma vez a mesma instituição a fim de solucionarem suas pendências.

É comum ainda problemas graves de conectividade. Considerando que os sistemas operacionais das instituições costumam necessitar de internet para visualização de dados, ou mesmo produção de senhas, e que a rede é altamente instável, a precariedade do atendimento, explica-se, em parte, por problemas de ordem técnica e estrutural. Em alguns casos, esses problemas, ainda que reais, são evocados de maneira duvidosa pelas instituições para não resolução de pendências, ou prestação de informações, que a princípio independem da internet.

3.1 Bolsa Família, CadÚnico e o CRAS

No mesmo prédio da gestão do programa Bolsa Família funciona também o Cadastro Único para programas sociais do governo federal (CadÚnico), e a defensoria pública local. Apesar da proximidade espacial das instituições, que é um fator positivo, isso não implica em menor dificuldade de atendimento. As instituições não dispõem de placas externas visíveis para identificação e orientação à população. No local tem funcionado a atualização dos dados cadastrais das famílias beneficiárias do Bolsa Família, e de outros programas sociais, por parte da

equipe do CadÚnico, a retirada da carteira de trabalho³, e a emissão da carteira de identidade, bem como de sua segunda via, e o atendimento da defensoria pública. Essas instituições atendem ao público mediante a distribuição de senhas.

Essa metodologia de distribuição de senhas é pouco eficaz, sendo indicativo menos de planejamento do que de dificuldades sérias de gestão, e de ordem técnica que lesam a população. Principalmente no período de férias escolares com a chegada em peso das populações indígenas distribuídas na região, a exemplo dos povos Hup'däh e Yuhupdëh. A instituição tem conhecimento do aumento de demanda durante esse período, mas não consegue estabelecer um esquema de atendimento capaz de contemplar a população. Para complicar, desencontros de informações e a falta de tradução em língua indígena explica parcialmente o mau atendimento no órgão público.

Problemas de ordem material também prejudicam o andamento dos serviços. Durante o final de 2015 e começo de 2016 não funcionou no local a emissão de RG por falta de cédulas. O quantitativo de cédulas é o mesmo durante todo o ano, e não há um planejamento nos meses em que a demanda aumenta, em especial durante as férias escolares no meio e final do ano. As atividades foram parcialmente normalizadas na segunda metade de fevereiro⁴. No entanto, após um breve retorno do atendimento, ele logo cessou. Caso os indígenas consigam casualmente fazer os trâmites necessários, a primeira via do RG custa a sair, estando *prevista* para até 180 dias (seis meses) úteis, a partir do dia de sua de emissão.

Se analisarmos com maior profundidade esse exemplo da identidade, a linguagem das instituições públicas oscila entre a assertividade e a imprevisibilidade. Conforme verificamos, de um lado as informações prestadas à população costumam ser imprecisas e vazias de conteúdo explicativo. Elas são apenas “previsões”, ou seja, pode ser que elas aconteçam ou não. Por outro lado, essa imprevisibilidade se entrecruza na assertividade, pois a fim de conseguir a entrada nas documentações, as instituições cobram da população uma série de etapas obrigatórias, fazem “exigências”, o que implica em condições prévias, *sine qua non*, se recusam a funcionar.

Por esse ângulo, o controle das instituições sobre a população é muito maior do que o inverso. Ainda que os órgãos públicos funcionem entre o previsto, ou seja, aquelas circunstâncias que para elas são os requisitos obrigatórios sem o qual não operam, como a foto 3x4 para o RG, e o imprevisto, que são casualidades que podem vir a ocorrer, como a retirada aleatória da identidade em 180 dias, a falta de material, a interrupção da rede de internet etc.; a população, por sua vez, não pode agir dessa forma. Elas são cobradas a apenas se submeter às instituições, ainda que não compreendam bem as regras ao qual estão se sujeitando.

³ A carteira de Trabalho foi transferida para a Prefeitura em meados de fevereiro, sem aviso prévio para a população.

⁴ A Secretaria de Segurança Pública estava em greve durante o período. Entretanto, nos anos anteriores, foi frequente a falta de cédulas, independente da greve.

Em relação ao Bolsa Família, caso os indígenas desejem reclamar dos serviços ou solicitar orientações gerais do benefício, além do prédio principal do programa, eles podem buscar informações no CRAS, no mesmo local onde funciona o CREAS.⁵ Com efeito, antes de prosseguirmos com esse ponto, cabe sublinhar principalmente a articulação entre o CRAS e o Bolsa Família, e alguns problemas técnicos e estruturais que estão ocorrendo nesse processo, que incidem no atendimento aos beneficiários do Bolsa Família. Os efeitos dessa disfuncionalidade são mais agudos entre os indígenas, sobretudo, os Hup'däh e Yuhupdëh. Os canais de comunicação disponíveis para orientá-los são ineficazes, o que tem consequência na estadia prolongada desses indígenas na cidade.

Assim como o Bolsa Família, o CRAS e o CREAS abrem de segunda a quinta, no horário de 8 h às 14 h. Eles estão instalados num edifício menor a poucos metros do Bolsa Família, numa pequena casa amarelada que possuem letreiros coloridos de papel pendurados nas paredes, identificando os serviços que ali são prestados. É justamente no CRAS que ocorrem as entrevistas para dar entrada no benefício. Após a realização das entrevistas, realizadas num formulário impresso, elas são encaminhadas ao CadÚnico, onde um digitador se encarrega de colocar os dados num sistema informatizado, de responsabilidade da Caixa Econômica Federal, que oscila bastante, caindo constantemente, por problemas na internet. O postulante ao benefício recebe um comprovante verde, aguardando o resultado da solicitação. Se o sistema não estiver fora do ar, e o técnico responsável do Bolsa Família digitar os dados no sistema, o benefício costuma ser habilitado entre dois a três meses, caso o entrevistado tenha o perfil socioeconômico para recebê-lo.

Além de não conseguirem fichas para atendimento no Bolsa Família, são lhes entregues pedaços de papel com um número de telefone para resolução dessas pendências no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). No centro de referência em assistência social (CRAS), e no Bolsa Família, eles costumam ser encaminhados aos serviços de atendimento telefônico gratuitos (0-800) dessa instituição, não gozando de horário de atendimento preferencial. Ainda que não possuam meios para realizarem a ligação, e não se comuniquem bem em português.

Em relação aos cartões do Bolsa Família, é competência dos correios entregá-los nos endereços informados no cadastro da família. Como os indígenas vivem em áreas de interflúvios muito distantes, onde, muitas vezes, não há endereço específico, e nem serviço de correios próximos, eles são encaminhados a São Gabriel da Cachoeira. Na entrada do correio há um mural com os nomes dos cartões dos beneficiários guardados, no entanto, ele não informa suas

⁵ O CRAS é a sigla para centro de referência de assistência social, enquanto CREAS é o centro de referência especializado de assistência social. Ambos são equipamentos públicos vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social de São Gabriel da Cachoeira (SEMAS), que coordena localmente o CadÚnico e o Bolsa Família.

localidades e nem suas etnias. Além disso, muitos indígenas tem dificuldade de ler em português. Muitos cartões dos indígenas Hupd'äh e Yuhupdëh retornam da cidade a Manaus, já que os indígenas não costumam saber que os cartões chegaram ao local, senão casualmente, e ainda eles não teriam condições de buscá-los a qualquer momento, em razão principalmente do gasto com deslocamento.

Esse combo de procedimentos burocráticos é desconhecido de boa parte da população, em especial dos Hupd'äh e Yuhupdëh. Mesmo aqueles indígenas dessas etnias que são professores, ou agentes de saúde, e que costumam ajudar outros parentes na resolução de pendências, sofrem para entender as informações prestadas, que muitas vezes são ambíguas.

Somente no final de janeiro de 2016 os trabalhos no CadÚnico e Bolsa Família foram parcialmente retomados, com a habilitação de um técnico com o perfil de gestor, para proceder à atualização dos dados das famílias beneficiárias do programa no sistema. Ainda assim, a dinâmica de pagamento continua extremamente debilitada. Não houve melhorias no atendimento da população após o fechamento da lotérica, em razão de denúncias (conforme colocaremos adiante). Entre os meses de novembro e dezembro de 2015 os pagamentos dos beneficiários do programa Bolsa Família foram efetuados mediante mutirões organizados pela SEMAS, em conjunto com técnicos da Caixa Econômica Federal, no ginásio municipal Arnaldo Coimbra.

A nível local participaram do mutirão uma equipe constituída por técnicas do CRAS, CadÚnico e Bolsa Família. A Caixa Econômica Federal realizou apenas o pagamento dos benefícios, não habilitando novas senhas dos cartões dos beneficiários, e nem atualizando os cadastros antigos das famílias, permanecendo somente uma semana em São Gabriel da Cachoeira. O que é notoriamente insuficiente para toda população.

Durante os mutirões de pagamento do benefício, realizado pela equipe da Caixa Econômica, exigiu-se somente a apresentação do RG, o que facilitou, em parte, o seu acesso por indígenas que não possuíam cartão e nem senha habilitada para o seus saque.

3.2 Correio, Receita Federal, Cartório, DSEI e INSS

O correio local tem funcionado de segunda a sexta feira de 8 h às 12 h da manhã, reabrindo a tarde a partir das 13 h até as 17 h. Entretanto, usualmente os funcionários alegam que o sistema de funcionamento do correio está fora do ar, não dando entrada em documentos. No estabelecimento deveria funcionar uma série de operações bancárias, como a abertura de conta, o que não tem ocorrido, assim como a impressão do CPF. O correio cobra a taxa de 7 reais por esse documento. Para consegui-lo é necessário obter antes o título de eleitor.

Uns indígenas Hupd'äh solicitaram certa ocasião, acompanhamento ao correio para a solicitação do CPF. Eles pagaram o valor do serviço, no entanto, faltava à maioria o título de eleitor. Apesar de se encontrarem em posse do comprovante de solicitação, que mal entendiam as

informações contidas, isso não facilitou que retirassem o documento. Apenas um indígena do grupo logrou fazer o CPF no local. No correio, foi lhe entregue um comprovante para que se dirigisse à FUNAI, instalada próximo ao local, para fazer a impressão do documento. A gerente da Receita Federal se encontrava no local no momento, e perguntou se gostaríamos de ajuda. Ela colocou o problema da validade do comprovante de solicitação do título de eleitor dos outros indígenas, e que se eles não o retirassem antes de expirar o tempo (3 meses), teriam que pagar novamente todo o trâmite do CPF. Além disso, ela colocou que no Banco do Brasil o atendimento era melhor, e que cobravam um taxa menor para o mesmo serviço. Segundo ela ainda, é obrigação do correio fazer a impressão do documento, e que enquanto Receita Federal já havia notificado o gerente do correio sobre o assunto, de maneira infrutífera.

A Receita Federal abre diariamente das 8 h às 12 h, dispondo de um quadro limitado de funcionários, e de estrutura física debilitada. A instituição tem, entre outras competências, o dever de acompanhar a administração dos tributos federais e a evasão fiscal. O CPF é um documento imprescindível para habilitar o acesso dos benefícios. A Receita Federal vem solicitando ao cartório que informe periodicamente a instituição acerca dos óbitos ocorridos, para proceder, nesses casos, com o cancelamento do CPF.

Como as equipes de saúde do Distrito Sanitário Especial (DSEI) não vêm subindo regularmente para áreas indígenas (conforme denúncia encaminhada pela FOIRN em janeiro), alegando uma série de fatores de logística e planejamento, a exemplo da falta de gasolina, muitas mortes de crianças, jovens e adultos, e inclusive aquelas causadas por suicídio, estão subnotificadas. Os dados do cadastro de família da instituição estão, portanto, bastante desatualizados. A falta de coleta de dados de atendimento de saúde afeta uma série de serviços. O Bolsa Família exige o acompanhamento das famílias beneficiárias do programa no que toca a vacinação das crianças. Se as famílias não fazem isso, pode implicar na suspensão e mesmo no cancelamento do benefício. E ainda, a morte de qualquer membro da família deve ser informada à instituição para que o seu cadastro seja atualizado. Esse dado interfere diretamente no cálculo do benefício repassado. Portanto, quando chegam à cidade, uma das documentações que os indígenas Hup'däh e Yuhupdëh mais carecem é a declaração de óbito dos parentes falecidos, e a declaração de nascido vivo (DNV) dos recém-nascidos. Esses documentos são importante para retirarem a certidão de nascimento e a certidão de óbito dos parentes, no cartório. Durante os meses em que os indígenas Hupd'äh e Yuhupdëh permanecem na cidade, costumam faltar às declarações de óbito e de nascido-vivo que fazem com que os indígenas posterguem ou desistam da entrada em outras documentações, e benefícios.

O problema do DSEI, no que toca ao atendimento dos indígenas, não é tanto a falta de profissionais, como em outras instituições públicas. Inclusive, estão vinculados à instituição um grupo de 17 profissionais estrangeiros, do “Programa mais Médicos”, do âmbito do governo federal, que não vem realizando atendimento de saúde à população por falta de logística e

planejamento, ou seja, de gestão. Além disso, há hoje no DSEI/RN enfermeiros, dentistas, técnico de enfermagem e outros profissionais compondo um total de 50 equipes multidisciplinar, recebendo salário sem trabalhar. No mês de janeiro nenhuma equipe de São Gabriel da Cachoeira entrou em área indígena e em fevereiro apenas os polos bases de Iauaretê e Estrada realizaram seus trabalhos dos 19 polos bases existentes. A equipe da CASAI demonstrou desconhecer a ação realizada no “Beiradão” responsabilizando os indígenas por estarem doentes quando estes chegavam lá durante a ação. Foi negligenciado um atendimento a um hup de Taracuí Igarapé que estava reclamando de desmaios e vômitos e foi levado para a casa de parentes.

Concluimos com essa situação, que as instituições públicas podem emitir a população juízos apodícticos, ou seja, elas podem acionar a qualquer momento argumentos “técnicos” ou mesmo subjetivos como se estivessem no mesmo nível, dispensando qualquer coerência. Os órgãos públicos exigem ainda que os indígenas obedeçam todos esses pormenores subjetivos e entendam regras de administração pública, que são duplamente impostas a eles.

3.3 Bancos, comércios, dívidas e insegurança alimentar

O fechamento, em São Gabriel da Cachoeira, da agência lotérica ocorrida em 2015, decorrente da participação do proprietário do estabelecimento na rede ilegal de subtração dos cartões das famílias indígenas beneficiárias do Bolsa Família, conforme foi comprovado em investigação policial, provocou um redesenho da dinâmica de pagamento do benefício e de outras operações bancárias habilitadas pela Caixa Econômica Federal, que estavam a cargo da lotérica. No mês de dezembro estava afixado no mural do Bolsa Família, cartaz assinado pelo prefeito e a secretária municipal de assistência social, que é sua esposa, informando aos indígenas de “comunidades distantes” para se tranquilizarem em relação aos pagamentos do benefícios, já que a Caixa Econômica entregaria um calendário de mutirões para o município. Conforme pontuaremos a seguir, não houve divulgação desse calendário por parte da Caixa Econômica, no entanto, foi produzido outro do Bolsa Família, que não explicitava a forma de pagamento do benefício, e que não foi de domínio público.

A partir de janeiro de 2016 cessaram os pagamentos da Caixa. Desde então, o pagamento do Bolsa Família passou a ser efetuado pelo comerciante Quirino, que já foi prefeito de São Gabriel em gestões anteriores. A partir de janeiro o Quirino passou a executar o pagamento do benefício, no entanto, somente das parcelas atrasadas das famílias beneficiárias. O programa Bolsa Família dispõe de um calendário de pagamento anual que deveria ser de conhecimento da população. Esse instrumento informa, a partir do número do NIS de cada beneficiário, impresso no verso cartão, os dias certos de pagamento. Ao perguntar a uma funcionária da instituição se o calendário do Bolsa Família, que não envolvia a estratégia de mutirão da Caixa, era válido, ela respondeu positivamente. Com isso, avisamos os indígenas Hupd'äh e Yuhupd'eh sobre o calendário oficial, no entanto, ele não funcionou.

O Quirino não pagou os beneficiários do Bolsa Família do mês de janeiro, somente as parcelas atrasadas, em razão da falta de cédulas. Esses problemas de logística fez com que fechasse o estabelecimento algumas vezes, em decorrência da falta de recursos financeiros. A falta de capital e o fato de o Quirino pagar somente o montante atrasado geraram desentendimentos com os beneficiários, que chegavam, muitas vezes, antes do amanhecer ao local, em busca do Bolsa Família. Enquanto nos mutirões organizados pela Caixa Econômica Federal a população sacava o benefício em espécie utilizando somente o RG, na comercial Quirino isso não foi possível. No local o saque é disponibilizado somente com o cartão do Bolsa Família, e desde que esteja habilitado com senha. O Quirino não dispõe de todas as operações financeiras, habilitadas pela Caixa Econômica Federal, para uma boa execução da dinâmica do pagamento.

O sistema bancário da cidade dificulta em muito a abertura de uma simples conta bancária para os indígenas. Além disso, e mais grave, são relatos de que funcionários de bancos estimulam o endividamento de forma irresponsável, sem informar claramente as consequências de um empréstimo – algo relativamente fácil de fazer dada a falta de domínio do português. Há ainda casos em que se relata o desvio de parte do dinheiro dos benefícios e dos empréstimos por parte de funcionários. Problema que já foi denunciado aos órgãos competentes.

A rede bancária local e a insuficiência alimentar estimulam a patronagem local e o endividamento. Na cidade, os Hupd'äh e Yuhupdëh costumam trabalhar nas roças de indígenas de outras etnias e não indígena, ou mesmo realizar serviços domésticos, em troca de alimento, roupas velhas, dinheiro e também para obter outros bens desejados. Podemos dizer que, ainda que em condições desfavoráveis, os indígenas deixam os cartões nas mãos dos “patrões”, e que isso poupa um volume ainda maior de descidas à cidade. Sem eles, do modo que está organizado as dinâmicas financeiras em São Gabriel da Cachoeira, precisariam vir com maior frequência aos bancos para sacarem os benefícios, que por sua vez, mal custeiam o deslocamento de suas comunidades.

O endividamento dos indígenas é praticamente inevitável na cidade. Quanto mais tempo os Hup'däh e Yuhupdëh permanecem em São Gabriel da Cachoeira resolvendo pendências, mais gastam dinheiro, ou melhor, se endividam nos comércios e nos bancos. Eles ficam meses esperando benefícios, muitas vezes em tentativas infrutíferas, como o caso do Bolsa Família esse ano, comprando “fiado” nos estabelecimentos locais, alimentos, bebidas, e outros bens, desconhecendo os valores totais atribuídos pelos comerciantes em suas cadernetas, ao longo do mês.

Se não agirem dessa forma, dificilmente conseguem dar conta da alimentação dos parentes acampados, ao longo dos meses na cidade. O quadro se agrava se analisarmos que os indígenas Hup'däh e Yuhupdëh podem deixar, ou não, suas roças nas comunidades sob o cuidado dos parentes, no período de descida para a cidade. Aqueles indígenas que não deixam, sofrem ao

retornar para as comunidades. Desse modo, a arquitetura da rede institucional de documentação básica e benefícios, estimula o quadro de insegurança alimentar não somente na cidade, mas nas próprias comunidades.

4. Considerações Finais

Os próprios Hupd'äh e Yuhupdêh vêm apresentando uma série de reivindicações que se coadunam com uma vontade de ordem mais geral. Tais reivindicações foram sintetizadas pelos mesmos em uma carta (escrita por dois professores Hupd'äh da região do igarapé Japu com auxílio de um pesquisador) entregue ao prefeito de São Gabriel da Cachoeira em janeiro de 2014. Destacamos o seguinte trecho:

“O interesse dos Hupdah na cidade não é permanecer aqui, mas apenas resolver problemas de documentação, cartões bancários e de programas de assistência social, receber dinheiro, comprar alguns pertences encontrados apenas aqui, e voltar rapidamente às nossas comunidades. Os professores e os agentes indígenas comunitários de saúde por vezes vêm à cidade também para resolver questões relativas aos seus trabalhos. A cidade não é para os Hupdah, pois aqui tudo funciona com dinheiro, mas precisamos comprar algumas coisas que só existem aqui, por isso precisamos de uma estrutura que nos possibilite passar apenas o tempo necessário na cidade, não prolongando a estadia e o sofrimento.”

O desejo maior dessa população, portanto, não é de se fixar na cidade, mas ter as condições mínimas para que sua situação de alta vulnerabilidade seja superada e que o tempo de permanência no ambiente urbano seja o menor possível. Assim, de uma forma esquemática, as reivindicações podem ser distinguidas em dois eixos principais: o primeiro é ordenado pelas propostas de melhorias dos serviços de atendimento das instituições na cidade; o segundo pelo fortalecimento da vida em comunidade. Em relação ao primeiro eixo, o detalhamento das reivindicações encontra-se em tabelas que compõem este dossiê. Em relação ao segundo eixo, gostaríamos de chamar a atenção para o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA, instrumento de realização da PNGATI, a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas), trabalho em desenvolvimento com os Hupd'äh e Yuhupdêh (as oficinas da primeira etapa foram realizadas em 2015) e que constitui parte fundamental das ações para mitigar a situação de vulnerabilidade apresentada no presente documento.

DIAGNÓSTICO DA PRECARIIDADE DO ATENDIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM) NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS.

1. Passo a passo

A tabela 1 a seguir parte do funcionamento dos serviços públicos e privados de São Gabriel da Cachoeira. Em alguns casos, o atendimento de várias instituições ocorre no mesmo prédio. Por isso apresentamos de forma esquemática, desde o local onde estão funcionando, considerações gerais sobre a infraestrutura, recursos humanos, horário de atendimento ao público, etc, bem como pontos específicos de cada repartição.

As avaliações das articulações abaixo têm que ser analisadas conjuntamente, levando em conta tanto os aspectos gerais, que são comuns a várias instituições, quanto às particularidades de cada uma. Para a efetividade das ações faz-se necessário, sobretudo, à articulação de uma série de atores da sociedade civil organizada, do movimento indígena e do poder público, mediante a organização de assembleias, fóruns, associações, rodas de conversa, etc.

Portanto, considerando a precariedade dos serviços prestados à população, que tem efeitos ainda mais drásticos nos povos Hupd'äh e Yuhupdëh, classificados como de recente contato pela FUNAI, destacamos os seguintes pontos em relação ao documento:

- a) A tabela I, "Possibilidade de ações e articulações institucionais", mapeia iniciativas e articulações a nível municipal, estadual e federal, tanto do poder público, quanto do movimento indígena e da sociedade civil organizada, enfocadas na qualificação do atendimento dos povos indígenas do Rio Negro nos serviços públicos e privados, em especial dos povos Hup'däh e Yuhupdëh.
- b) O mapa de problemas oferece um leque de articulações ainda não esgotadas, que servem como orientação e insumo para discussões e ações que devem ser dialogadas com os povos indígenas. Essas iniciativas tem que respeitar obrigatoriamente a organização cosmopolítica, territorial, ambiental, econômica, e linguística dos povos indígenas da região.
- c) A primeira coluna (Mapa de Problemas) oferece um conjunto de debilidades encontradas nos órgãos públicos e privados locais (falta de recursos humanos, infraestrutura, capacidade técnica e operacional, de materiais traduzidos, etc); a segunda corresponde às instituições responsáveis pela resolução das pendências (a nível municipal, estadual e federal); a terceira apresenta algumas iniciativas e orientações possíveis; enquanto a quarta delimita prazos para a execução das ações.
- d) Entenda-se como ações classificadas de curto prazo aquelas que devem ser iniciadas ou solucionadas em até três meses, enquanto as de médio prazo

devem ser iniciadas ou solucionadas em até seis meses; por fim, em longo prazo são aquelas iniciativas que devem ser iniciadas ou solucionadas num prazo de até doze meses após a entrega do documento ao Ministério Público.

**TABELA 1. POSSIBILIDADE DE AÇÕES E ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS
BOLSA FAMILIA E CADÚNICO/RG/DEFENSORIA PÚBLICA**

MAPA DE PROBLEMAS	ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS	PRAZO
1. Cartazes de orientação desatualizados e com informações incorretas.	MDS, SEMAS	1.1 Atualizar os cartazes com informações precisas (em português), afixados em local visível sobre o funcionamento do CadÚnico e do programa Bolsa Família.	CURTO
		1.2 Produzir cartazes com informações precisas, afixados em local visível preferencialmente escritos nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e língua Nheengatu.	LONGO
	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (AM) / SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS) /MINISTÉRIO DO TRABALHO	1.3 Atualizar cartazes com informações precisas, afixadas em local visível (em português), sobre a emissão de RG, carteira de trabalho (serviço mudou recentemente para prefeitura), e demais documentações expedidas no local.	CURTO
		1.4 Produzir cartazes e informativos com orientações precisas, afixados em local visível preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e língua Nheengatu.	LONGO
	DEFENSORIA PÚBLICA	1.5 Produzir materiais informativos a população orientando sobre os serviços prestados na Defensoria (em português); e afixá-los em local visível.	CURTO
		1.6 Produzir materiais informativos a população orientando sobre os serviços prestados, preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e língua Nheengatu, e afixados em local visível.	LONGO
2. Acesso aos Canais de informação e atendimento aos usuários deficiente	CADÚNICO, BOLSA FAMÍLIA, FUNAI, e FOIRN.	2.1 Transmitir regularmente um boletim informativo sobre o funcionamento do PBF e do CADÚNICO nas rádios locais e através de radiofonia em português, preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e língua Nheengatu.	MÉDIO
	BOLSA FAMÍLIA, CADÚNICO, SEMAS	2.2 Aumentar o horário de atendimento ao público para 8 h diárias, principalmente no período de férias escolares.	CURTO

	BOLSA FAMÍLIA, CADÚNICO, SEMAS	2.3 Contratação temporária de tradutores indígenas preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e língua em Nheengatu, durante o período de férias escolares	MÉDIO
	BOLSA FAMÍLIA E CADÚNICO	2.4 Garantir atendimento prioritário a idosos, mulheres gestantes, com crianças, e portadores de necessidades especiais, destinando ainda horário específico aos povos indígenas de recente contato (Yuhupdêh, Hup'däh e Yanomami), durante as férias escolares.	CURTO
		2.5 Fazer atendimento prioritário e oficinas de esclarecimento sobre o CadÚnico e Bolsa Família aos indígenas de recente contato Hup'däh, Yuhupdêh e Yanomami (entrevistas para inclusão e/ou atualização cadastral), bem como dos indígenas acampados nos barracões da prefeitura, com apoio de tradutores indígenas, encaminhando aos serviços de documentação básica e socioassistenciais, durante os meses de férias escolares.	CURTO
3. Falta de recursos Humanos, de equipamentos e capacitação técnica.	MDS (GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL).	3.1 Garantir permanentemente ao longo das férias escolares um quantitativo mínimo de 12 técnicos do CadÚnico (capacitados com perfil de digitadores e entrevistadores), da Assistência Social (preferencialmente nas áreas de Proteção Básica e Especial) e do PBF (preferencialmente nas áreas de gestão de benefícios e condicionalidades) para darem suporte técnico à gestão municipal de São Gabriel da Cachoeira, e fazerem entrevistas, cadastramento, concessão do benefício, acompanhamento socioassistencial e oficinas de esclarecimento sobre o PBF, CadÚnico e Assistência Social.	CURTO
		3.2 A gestão estadual, federal e municipal do CadÚnico e Bolsa Família tem que garantir equipamentos em bom estado de uso (computadores com acesso a internet, máquina impressora e fotocopadora), além de transporte terrestre e fluvial (carro e voadeira), provendo ainda sua manutenção e abastecimento, de modo a alocar infraestrutura a equipe emergencial do CadÚnico e do PBF, destacada para o atendimento dos indígenas no período de férias escolares.	CURTO

	SEMAS, CADÚNICO, BOLSA, DEFENSORIA PÚBLICA, SSP-M	3.3 Contratar durante os meses de férias escolares funcionários capacitados para fornecer informações gerais à população (em português) sobre o funcionamento dos serviços prestados, como emissão de documentação, benefícios, correção de dados nos documentos, cabendo ainda organizarem as filas, retirarem dúvidas e fazer triagem das demandas da população.	CURTO
		3.4 Contratar durante os meses de férias escolares funcionários capacitados para fornecer informações gerais à população preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e em língua Nheengatu, sobre o funcionamento dos serviços prestados, como emissão de documentação, benefícios, correção de dados nos documentos, cabendo ainda organizarem as filas, retirarem dúvidas e fazer triagem das demandas da população.	MÉDIO
	PREFEITURA	3.5 Realização de concurso para contratação efetiva de técnicos para assistência social, CadÚnico e PBF.	CURTO
	MDS, PREFEITURA, SEMAS	3.6 Contratação temporária de equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, ecólogos, biólogos, linguistas, geógrafos, historiadores, arqueólogos, nutricionistas, bem como xamãs, benzedeiros, pajés, artesãos indígenas, raizeiros, e outros conhecedores de saberes tradicionais. Esta equipe deve ser coordenada por antropólogos, de preferência indígenas da região do Rio Negro, ainda que não exclusivamente, com formação mínima de mestrado em antropologia com ênfase em etnologia indígena, que realizam ou realizaram pesquisa e trabalhos profissionais com povos da região, para execução de oficinas de capacitação sobre os povos indígenas do Rio Negro, junto às equipes de assistência social, CadÚnico e Bolsa Família.	MÉDIO
4. Cartões do PBF armazenados na sede da instituição e formulários do CadÚnico impressos que não foram inseridos no sistema da Caixa desde junho 2015.	PREFEITURA, SEMAS, CORREIOS	4.1 Qualificar a entrega dos cartões do PBF junto ao correio, informando antecipadamente os indígenas na rádio municipal e na radiofonia sobre os cartões que chegaram à instituição, o prazo de armazenamento deles, bem como para onde eles serão encaminhados após esse período.	MÉDIO

		4.2 Contratar temporariamente digitadores para inserir no sistema do CadÚnico os dados das famílias postulantes ao PBF, estocados na instituição.	CURTO
5. Material insuficiente para o atendimento á população, principalmente no período de férias escolares, onde a demandas é maior.	SSP-AM, PREFEITURA, SEMAS	5.1 Planejar antecipadamente o aumento do quantitativo de cédulas de RG (A SSP-AM se encontra de greve).	MÉDIO
6. Gestor interino	MDS	6.1 Solicitar e habilitar em caráter urgente um gestor permanente para gestão e operacionalização do PBF/CADÚNICO	CURTO
7. Falta de material didático pedagógico Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e língua em Nheengatu	MDS, Universidades, MEC e MS	7.1 Articular a produção de materiais em áudio, vídeo e impressos (cartazes, folders, guias) nas línguas indígenas locais sobre o CadÚnico e Bolsa Família, voltado aos povos indígenas.	LONGO
8. Problemas de conectividade (internet);	MDS, MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, EXÉRCITO, PREFEITURA	8.1 Solicitar antenas parabólicas junto ao MDS e Ministério das Comunicações, e instalação de fibra ótica, com apoio do Exército.	LONGO
9. Problemas na distribuição, habilitação, retenção e saques dos cartões do PBF	CORREIO, Radiofonia (FOIRN), RÁDIO MUNICIPAL	9.1. Correio tem que encaminhar regularmente a radio municipal e a radiofonia listagem dos cartões dos beneficiários armazenados na instituição, a cada remessa, identificando o nome completo, e comunidade, e o prazo que tem para buscar o cartão.	MÉDIO
	CORREIO	9.2. Entrar em contato com outras agencias de correios na região, e acessar o sistema para rastrear e informar a população sobre a situação dos cartões não entregues.	CURTO
	CORREIO, MARINHA E EXÉRCITO.	9.3. Entregar com apoio logístico do Exército e da Marinha, os cartões dos indígenas residentes em TI.	CURTO
	CORREIO	9.4. Aumentar o prazo de armazenamento dos cartões do Bolsa Família dos beneficiários indígenas residentes em TI, que não foram entregues, para no mínimo 1 ano.	MÉDIO

	CORREIO	9.5. A listagem de cartões do PBF armazenados no correio tem que vir ordenada por calha de rio, e comunidade para melhorar visualização dos beneficiários.	CURTO
	CAIXA ECONÔMICA	9.6 Instalação da Agência da Caixa Econômica Federal;	LONGO
	CAIXA ECONÔMICA	9.7 Habilitar o Quirino para abrir conta corrente e senha dos cartões do Bolsa Família	MÉDIO
	POLICIA FEDERAL, FUNAI, FOIRN	9.8 Informar a Polícia Federal sobre a retenção dos cartões do Bolsa Família.	CURTO
	MDS, FUNAI, SEMAS, INSS, RECEITA FEDERAL	9.9 Realização de ações educativas orientando sobre valor monetário, controle de dívida, bloqueio de pagamento de benefícios, empréstimos, com o objetivo de minimizar os danos financeiros e contribuindo no planejamento de suas compras futuras.	CURTO
	BOLSA FAMILIA	9.10 Informar a população sobre o funcionamento do cartão azul e amarelo do Bolsa, e abertura de conta	CURTO
	MDS	9.11 Ampliar o prazo de saque do benefício para um ano (hoje é 180 dias).	MÉDIO

	CAIXA, MDS, CRAS, BOLSA FAMILIA, CADUNICO,	9.12 A Caixa tem que continuar o pagamento em regime de mutirão no ginásio municipal, durante a manhã e a tarde, com apoio de tradutores em língua indígena dos principais troncos linguísticos da região. As filas de pagamento podem ser organizadas em troncos linguísticos, com atendimento preferencial a idosos, gestantes, e mulheres com crianças. O local de pagamento tem que ter lixeiras e limpeza diárias, banheiros limpos, disponibilidade de água potável a população, e atendimento de equipes de saúde. A equipe do CRAS, CadÚnico e Bolsa Família composta por técnicos e gestores a nível municipal, estadual e federal tem que prestar informações e atendimento a população, com apoio de tradutores indígenas, através de oficinas para esclarecer o funcionamento do programa. Tem que ser oferecido atividades pedagógicas para as crianças, como contação de histórias indígenas e jogos (indígenas), pinturas, desenhos, músicas, cirandas, etc, que valorizem os povos indígenas do Rio Negro.	CURTO
10. Insuficiência de cédulas de RG, especialmente durante as férias escolares, prazo de entrega longo (180 dias), e custo financeiro da foto.	SSPAM, SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, DAS MULHERES E DE IGUALDADE RACIAL.	10.1 Implantar o sistema digital de emissão de RG.	MÉDIO
	SSPAM E PREFEITURA	10.2 Garantir um estoque maior de cédulas de RG durante as férias escolares.	CURTO
11. Bloqueio do benefício do PBF por falta das informações exigidas no cumprimento das condicionalidades (saúde e educação)	Governo Federal e municipal (MEC, MS, DSEI, CASAI, SEMEC	11.1 Criar fluxo de notificações relacionadas às condicionalidades do Bolsa Família	CURTO
	MDS	11.2 Aumentar o prazo de envio dos dados de condicionalidades, tanto na saúde quanto na educação.	LONGO
12. Inadequação do espaço físico	PREFEITURA, MDS, SSPAM, DEFENSORIA PÚBLICA.	12.1 Colocação de cobertura na área externa da sede das instituições para melhor comodidade dos beneficiários que aguardam atendimento.	MÉDIO
	PREFEITURA, MDS, SSPAM, DEFENSORIA PÚBLICA.	12.2 Colocar placa de identificação externa em local visível informando às instituições que funcionam no local; bem como o seu expediente.	MÉDIO

	PREFEITURA, MDS, SSPAM, DEFENSORIA PÚBLICA.	12.3 Rampa para acessibilidade de portadores de necessidade especiais, e banheiros adaptados.	MÉDIO
--	---	---	-------

CRAS

MAPA DE PROBLEMAS	ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS	PRAZO
1. Horário de atendimento insuficiente	SEMAS, CRAS	1.1 Cumprir horário de atendimento ao público de 8 horas/dia nos dias úteis.	CURTO
2. Falta de técnicos	SEMAS E MDS	2.1 Articular com governo estadual e federal o reforço de técnicos no CRAS nos meses de férias escolares, para cobrir a carência da equipe local. Garantindo inclusive a contratação de tradutores preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e em língua Nheengatu.	MÉDIO
3. Canais de atendimento telefônico (0800) inadequados	MDS, SEMAS	3.1 Capacitar técnicos do CRAS ou mesmo contratar novos temporariamente, para resolver as pendências ou retirarem dúvidas do Bolsa Família e CadÚnico dos indígenas que não dominem português, via telefone, com apoio de tradutor em língua indígena, ou mesmo daqueles indígenas que se sintam constrangidos em ligar diretamente para 0800. Nesses casos, os funcionários do CRAS tem que obrigatoriamente se identificar ao telefone, informando nome completo, CPF, local de trabalho, e outros registros que o identifiquem e comprovem a sua vinculação a instituição. As chamadas tem que ser gravadas.	CURTO
4. Realizar entrevistas off line	CRAS e MDS	Realizar entrevistas para inclusão no CadÚnico de famílias postulantes ao PBF, tanto no Beiradão quanto nos barracões da prefeitura.	CURTO
5. Falta de atendimento preferencial, acessibilidade, equipamentos	CRAS	5.1 Efetuar o atendimento prioritário para gestantes, idosos, mulheres com crianças, e portadores de necessidades especiais, garantindo horário específico aos povos de recente contato (Hup'däh, Yuhupdëh e Yanomami.	CURTO
		5.2 Garantir banheiro adaptado a portadores de necessidades especiais.	MÉDIO
		5.3 Garantir computadores com internet e acesso ao sistema operacional.	CURTO

CORREIOS

MAPA DE PROBLEMAS	ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS	PRAZO
1. Correio está cobrando 7 reais pelo CPF, enquanto o BB cobra 5,60.	CORREIOS	1.1 Averiguar a razão pela qual a taxa dos correios para emissão de CPF é maior que o Banco do Brasil	CURTO
2. Não está abrindo conta do Caixa Fácil	CORREIOS	2.1 Abrir conta no Caixa Fácil para colaborar a desafogar o atendimento dos outros bancos	CURTO
3. Não está imprimindo CPF, conforme exigido pela Receita Federal	CORREIOS	3.1 Realizar a impressão e emplastificar o CPF dos indígenas	CURTO
4. Contratação de tradutores	CORREIOS	4.1 Contratação de tradutores preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e em língua Nheengatu.	MÉDIO
5. Infraestrutura e acessibilidade	CORREIOS	5.1 Pintar a rampa de acesso ao Correio, identificando que se destina a cadeirantes.	CURTO
		5.2 Oferecer banheiro ao público e com adaptação a portadores de necessidades especiais.	MÉDIO
		5.3 Oferecer filtro de água ou bebedouro ao público.	CURTO

RECEITA FEDERAL

MAPA DE PROBLEMAS	ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS	PRAZO
1. Horário de atendimento insuficiente	RF	Cumprir horário de atendimento externo de 8 horas/dia nos dias úteis.	CURTO
2. Atendimento prioritário	RF	Efetuar o atendimento prioritário para gestantes, idosos e criança de colo, portadores de necessidades especiais, destinando horário específico para os povos de recente contato (Hup'däh, Yuhupdëh, e Yanomami).	CURTO

3. Falta de placa de identificação, infraestrutura, e manutenção dos equipamentos	RF	3.1 Colocar placa de identificação na fachada do prédio e melhorar as instalações aos funcionários e clientes.	MÉDIO
		3.2 Entrada com acesso a portadores de necessidades especiais e banheiros adaptados.	MÉDIO
		3.3 Garantir banheiro, bebedouro ou filtro de água ao público.	MÉDIO
		3.4 Ventilação no prédio para evitar o superaquecimento dos computadores, assim como manutenção regular dos equipamentos.	MÉDIO
		3.5 Reformar e ampliar área de espera para o atendimento, oferecendo maior conforto ao público.	MÉDIO
4. Falta de recursos Humanos, e de capacitação técnica.	RF	4.1 Contratar tradutores, preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e em língua Nheengatu, ao menos no período de férias escolares.	MÉDIO
		4.2 Garantir mais técnicos para o atendimento ao público, ao menos no período de férias escolares.	CURTO
5. Extrato de solicitação de CPF tem validade de 3 meses, sendo insuficiente para comunidades indígenas distantes da cidade		5.1 Garantir que o documento valha por prazo indeterminado, até a impressão do documento de CPF.	
6. Integração das Bases do CPF e do TSE	RF/TSE/Secretária de Gestão Pública do MPOG/FUNAI	6.1 Atualmente, para que o cidadão maior de 18 anos tenha seu CPF emitido é exigido que ele tenha título de eleitor. No entanto, o Cartório Eleitoral de São Gabriel da Cachoeira leva, em média, 3 meses para processar no sistema um novo título de eleitor. Enquanto o procedimento não é realizado pelo Cartório, o CPF não é emitido. É necessário rever tal integração destas bases na jurisdição da ARF/SGC devido às peculiaridades locais, uma vez que o CPF é necessário para o acesso a benefícios sociais e previdenciários. Assim, a integração das bases, da forma como está organizada atualmente, gera transtorno aos indígenas, obrigando-os a passar mais tempo na cidade, ficando expostos a doenças, fome e condições sanitárias precárias.	CURTO

7. Correios recolhem a taxa, mas não imprimem o cartão.	CORREIOS	7.1 A Agência dos Correios em São Gabriel da Cachoeira recolhe a taxa para emissão do CPF, mas não entrega o cartão para o contribuinte, desobedecendo Convênio firmado entre a Secretaria da Receita Federal e a Empresa de Correios e Telégrafos regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.548 de 13 de Fevereiro de 2015.	CURTO
8. CPF	RF, MINISTÉRIO PÚBLICO, TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	8.1 Garantir CPF gratuito aos indígenas.	CURTO

CARTÓRIO E FÓRUM MUNICIPAL

MAPA PROBLEMA	ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS	PRAZO
1. Não informa a relação de óbitos ocorridos no município à Receita Federal	CARTÓRIO	1.1. Notificar os óbitos à RF para o cancelamento do CPF	CURTO
2. Demora no atendimento e na emissão de Registro de certidão de nascimento (RCN) e Registro de certidão de óbito (RCO), e falta de intérprete.	CARTÓRIO	2.1 Garantir o aumento no quadro de funcionários do cartório para atendimento aos indígenas, ao menos no período de férias escolares.	MÉDIO
		2.2 Garantir tradutores, preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e em língua Nheengatu, ao menos no período de férias escolares.	MÉDIO
3. Garantir atendimento prioritário	CARTÓRIO	3.1. Efetuar o atendimento prioritário para gestantes, idosos e criança de colo, portadores de necessidades especiais, destinando horário específico para os povos de recente contato (Hup'däh, Yuhupdêh e Yanomami).	CURTO
4. Não há campo específico para identificação do povo indígena/ etnia nas Certidões	CARTÓRIO	4.1 Permitir que o indígena identifique seu povo, no momento de registro de certidão no cartório, de acordo com critério de auto identificação.	CURTO
5. Falta de Material e intérprete nas línguas indígenas	CARTÓRIO E FÓRUM	5.1 Produzir cartazes e informativos com orientações precisas, afixados em local visível preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e em Nheengatu.	MÉDIO

		5.2 Garantir tradutores, preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e em língua Nheengatu, ao menos no período de férias escolares.	MÉDIO
6. Ausência de juíza	FÓRUM	6.1 Indicação imediata de novo juiz. No momento não há juíza no município, o que tem atravancado uma série de processos que vem lesando os indígenas.	CURTO
7. Falta de atendimento diferenciado para os indígenas	FÓRUM	7.1 A antiga juíza não permitia a entrada de crianças na repartição, o que se mostrou injustificável, na medida em que o espaço é público. Além disso houveram outras ações em sua gestão que desconsideravam e violavam os direitos indígenas.	CURTO
8. Falta de infraestrutura adequada	FÓRUM E CARTÓRIO	8.1 Oferecer acessibilidade a portadores de necessidades especiais, banheiros disponíveis ao público, inclusive com adaptação.	MÉDIO
		8.2 Instalar filtro ou bebedouro.	CURTO

INSS

MAPA DE PROBLEMAS	ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS	PRAZO
1. Falta de gerente e alta rotatividade da equipe de técnicos e analistas. Dificuldade no atendimento.	INSS	1.1 Garantir gerente permanente	MÉDIO
		1.2 Garantir permanentemente equipe de técnicos e analistas de serviço social e médico perito concursados	MÉDIO
		1.3 Garantir maior número de técnicos no período de férias escolares em caráter emergencial pelo aumento da demanda	CURTO
		1.4 Contratar tradutores	MÉDIO
2. Falta de materiais de orientação dos benefícios previdenciários e assistenciais em línguas indígenas	INSS	2.1 Produzir material em áudio, vídeo, folders, guias e cartazes na língua indígena.	LONGO
3. Canais de atendimento inadequados para os indígenas via 135	INSS	3.3 Capacitar funcionário da FUNAI e CASAI e INSS, identificados com nome completo, CPF, e registro que comprove vinculação a instituição, para fazer orientações dos indígenas que não dominem português, com o apoio de tradutores, pelo 135 da previdência	LONGO

4. Não há identificação de povos indígenas no sistema previdenciário, embora recebam Certidão de Atividade Rural que constam uma série de informações indígenas	PREVIDENCIA SOCIAL	4.1 Garantir a identificação no sistema do INSS de povos e comunidade para dar subsídios ao planejamento de ações de cidadania na região.	LONGO
5. Falta de qualificação sobre a interculturalidade aos funcionários	INSS, PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.1 Realização de oficinas de capacitação coordenada por antropólogos especializados por etnia dos principais troncos linguísticos da região	LONGO
6. Falta de Equipamentos	INSS	6.1 Compra de fotocopiadora	CURTO

DSEI/CASAI * estas instituições não funcionam no mesmo local

MAPA DE PROBLEMAS	ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS	PRAZO
1. Falta de atendimento de saúde em área indígena	DSEI	1.1 Fazer atendimento regular de saúde em territórios indígenas, garantindo a entrada da equipe de saúde.	CURTO
2. Falha na coleta e atualização de dados de identificação dos indígenas	DSEI e CASAI	2.1 Conferir os dados de identificação com os documentos existentes evitando erros de coleta de informação em área e no Beiradão	CURTO
3. Abordagem inadequada das equipes de saúde aos indígenas	DSEI	3.1 Capacitar as equipes multidisciplinares através de psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, ecólogos, biólogos, linguistas, geógrafos, historiadores, arqueólogos, nutricionistas, bem como xamãs, benzedores, pajés, artesãos indígenas, raizeiros, e outros conhecedores de saberes tradicionais. A capacitação deve ser coordenada por antropólogos, de preferência indígenas da região do Rio Negro, ainda que não exclusivamente, com formação mínima de mestrado em antropologia com ênfase em etnologia indígena, que realizam ou realizaram pesquisa e trabalhos profissionais com povos da região.	MÉDIO
4. Falta de notificação e formulário para emissão de Declaração de nascido vivo (DNV's) e Declaração de Óbito (DO).	DSEI	4.1 Organização interna das instituições para este período aumentando o quantitativo de Declaração de nascido vivo (DNVs), Declaração de óbito (DO)	CURTO
		4.2 Responsabilizar os agentes de saúde para notificar sobre os nascimentos e óbitos, enquanto equipe não entra em área.	CURTO

		4.3 Aumentar quantitativo de DNV's e DO no município, principalmente durante o período de férias escolares.	CURTO
5. Subnotificação dos dados das condicionalidades PBF	SECRETARIA DE SAUDE, DSEI E BF	5.1 Criar fluxo de notificações relacionadas às condicionalidades do Bolsa Família, principalmente em comunidades distantes, como a dos povos Hup'däh e Yuhupdëh.	CURTO
6. Maior índice de suicídio do país	DSEI	6.1 fazer as notificações de óbitos aperfeiçoando a investigação do óbito por suicídio	MÉDIO
		6.2 Criar equipe específica formada por antropólogo, psicólogo, assistente social, médico, agentes de saúde, lideranças indígenas e benzedores, pajés, xamãs e outros conhecedores de saberes para elaborar um diagnóstico nas comunidades de maior incidência de suicídio.	MÉDIO
7. Infraestrutura precária e insalubre na CASAI	DSEI	7.1 Reforma na CASAI	MÉDIO
		7.2 Garantir material de higiene pessoal e limpeza, insumos e medicamento	
		Incluir sistema de captação de água de chuva nos prédios do Dsei, Casai, etc	
8. Falta de atendimento específico para povos indígenas Hupd'äh e Yuhupdeh	DSEI/ SESAI BRASÍLIA	8.1 Criação de um Dsei específico para trabalhar junto aos povos indígenas Hupd'äh e Yuhupdeh	MÉDIO

HGU

MAPA DE PROBLEMAS	ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS	PRAZO
Péssimo atendimento médico e de acolhimento aos indígenas. Médicos e enfermeiros tem prestado atendimento discriminatório aos indígenas.	HGU, DSEI, MINISTÉRIO DE SAÚDE FIOCRUZ UNIVERSIDADES ONG's	1.1 Produzir cartazes e informativos com orientações precisas, afixados em local visível preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e em Nheengatu.	MÉDIO
		1.2 Garantir tradutores, preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e em língua Nheengatu	CURTO
		1.3 Realização de curso de formação aos médicos, enfermeiros e demais profissionais para qualificação do atendimento aos povos indígenas. A capacitação será realizada por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, ecólogos, biólogos, linguistas, geógrafos, historiadores, arqueólogos, nutricionistas, bem como xamãs, benzedores, pajés, artesãos indígenas, raizeiros, e outros conhecedores de saberes tradicionais. A capacitação deve ser	MÉDIO

		coordenada por antropólogos, de preferência indígenas da região do Rio Negro, ainda que não exclusivamente, com formação mínima de mestrado em antropologia com ênfase em etnologia indígena, que realizam ou realizaram pesquisa e trabalhos profissionais com povos da região.	
		1.4 Flexibilização das regras de acompanhamento. Garantir que os parentes possam permanecer com os pacientes indígenas	CURTO
		1.5 Garantir atendimento diferenciado para os povos indígenas de recente contato	CURTO
		1.6 Garantir atendimento itinerante nos barracões da prefeitura e no beiradão, ao menos durante os períodos de férias escolares	CURTO
2. Falta de recursos humanos capacitados	HGU	2.1 Aumentar o quadro de técnicos de saúde, enfermeiros e médicos.	CURTO
		2.2 Planejar no momento de troca de profissionais a cada 2 anos para que não ocorra desassistência da população	CURTO

BANCOS E COMÉRCIOS

MAPA DE PROBLEMAS	ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS	PRAZO
Muitos empréstimos são realizados sem consentimento e sem entendimento dos indígenas, principalmente Hupd'áh, Yuhupdeh e Yanomami. Bradesco se nega a abrir conta poupança, bem como o uso de conta sem limite do cheque especial e sem crédito consignado (empréstimo).	BANCOS, MPF, BANCO CENTRAL	1.1 Abertura de conta poupança a todos os indígenas aldeados através de uma ação civil pública	MÉDIO
		1.2 Bloqueio de empréstimos pelo INSS.	CURTO
2. Espaço físico inadequado e RH insuficiente	BRADESCO	2.1 Ampliação do espaço físico da agência, incluindo rampa para acessibilidade de portadores de necessidade especiais, e banheiros adaptados.	LONGO
		2.2 Instalar de um bebedouro ou filtro de água	CURTO
		2.3 Ampliação de RH incluindo tradutores	MÉDIO

3. Exigência, sem data antecipada, de “Prova de Vida” para os aposentados	BRADESCO, FUNAI e MUNICIPAL, CENTRAL	FOIRN, RÁDIO BANCO	3.1 Avisar pela radiofonia e radio municipal regularmente, pelo menos um mês antes, as pessoas que tem que fazer a prova de vida.	CURTO
			3.2 Aumentar o prazo para realização da prova de vida para quem vive nas comunidades	CURTO
			3.3 Realizar as provas de vida dos indígenas Hup’däh e Yuhupdëh preferencialmente nos meses de férias escolares	CURTO
4. Falta de Material e intérprete nas línguas indígenas. Falta de transparência nos serviços de cobrança de tarifa bancária.	BRADESCO		4.1 Produzir cartazes, informativos, material em áudio e vídeo com orientações precisas, preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e em Nheengatu, sobre os serviços prestados.	LONGO
			4.2 Garantir tradutores, preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e em língua Nheengatu, ao menos no período de férias escolares.	LONGO
5. Garantir atendimento prioritário e aumentar número de funcionários	BANCOS		5.1 Efetuar o atendimento prioritário para gestantes, idosos e criança de colo, portadores de necessidades especiais, destinando horário específico para os povos de recente contato (Hup’däh, Yuhupdëh e Yanomami), nos meses de férias escolares.	MÉDIO
			5.2 Garantir reforço de técnicos, se necessário de outras agências do banco, para o atendimento ao público, ao menos no período de férias escolares.	MÉDIO
6. Saque de dinheiro realizado por não titulares da conta bancária	BANCOS, MPF		6.1 Solicitar a apresentação da carteira de identidade no momento do pagamento.	CURTO
			6.2 Pesquisar outras metodologias de saque, como quando, por exemplo, eles perdem documentos com foto ou quando solicitaram mas o documento não foi emitido.	MÉDIO
7. Comércio não divulgam preços de alguns produtos	COMÉRCIOS		7.1 Informar o preço de todos os produtos nas embalagens.	CURTO
8. Produtos vencidos	COMÉRCIOS / VIGILÂNCIA SANITÁRIA (fiscalização)		8.1 Retirar da prateleira produtos vencidos	CURTO

9. Comerciantes colocam os preços abusivos nas cadernetas de dívidas e ficam com os cartões de programas sociais dos indígenas	COMÉRCIOS, MPF, POLÍCIA CIVIL	9.1 Penalizar comerciantes que vem extorquindo a população	CURTO
		9.2 Comerciantes informarem o preço correto dos produtos	CURTO

POLÍCIA FEDERAL

MAPA DE PROBLEMAS	ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS	PRAZO
1. Ausência de atuação da Polícia Federal nas Terras Indígenas do Rio Negro.	POLÍCIA FEDERAL	1.1 Aumentar o quadro de recursos humanos da instituição em São Gabriel da Cachoeira-AM.	CURTO
		1.2 Garantir tradutores, preferencialmente nos troncos linguísticos Tukano, Arawak, Yanomami, Nadahup e em língua Nheengatu	MÉDIO
		1.3 Acompanhamento das fiscalizações nas Terras Indígenas. Incluir processos de autuação e recebimento de materiais apreendidos nas fiscalizações.	CURTO
		1.4 Retirada dos cartões do Bolsa Família e de bancos, assim como de documentos dos povos Hupd'äh e Yuhupdeh e demais etnias, que se encontram indevidamente nas mãos de terceiros (não indígenas e indígenas – comerciantes, funcionários públicos), desde que se planeje e apresente alternativas concretas para viabilizar a retirada dos benefícios sem que as famílias percam as parcelas devidas. Conforme orientação colocada no tópico: "Bancos e Comércios 1.1".	MÉDIO

SEMEC, SEDUC E MEC

MAPA DE PROBLEMAS	ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS	PRAZO
1. Demora na recontração dos professores Hupd'äh e Yuhupdeh	SEMEC	1.1 Realizar a recontração no período de entrega de relatórios	CURTO
		1.2 Ampliação de vigência do contrato para dois anos	MÉDIO
2. Falta de espaço específico para a escola e infraestrutura básica	SEMEC FUNAI	2.1 Reformar ou construir centros comunitários ou escolas, de acordo com as organizações sociais, valores, propostas e especificidades dos povos Hupd'äh e Yuhupdeh	MÉDIO
		2.2 Fornecimento de lousas, mesas, armários e cadeiras para os alunos e professores	CURTO

3. Falta de apoio e reconhecimento de Projetos Políticos Pedagógicos Indígena e de educação diferenciada e contextualizada ao local. Falta de assessoria pedagógica para elaboração de Projeto Político Pedagógico para Hupd'äh, Yuhupdëh e Yanomami. O modelo do atual concurso desfavorece os indígenas Hupd'äh e Yuhupdeh, já que não garante que indígenas destes povos sejam contratados	SEMEC	3.1 Apoiar a elaboração de PPPI's nas escolas das comunidades. - Prover assessoria pedagógica para elaboração dos PPP das escolas Hup'däh e Yuhupdëh e reconhecer os processos próprios de ensino e aprendizagem.	CURTO
		3.2 Respeitar seus calendários próprios destinando tempo dos alunos para participarem das atividades familiares e comunitárias	CURTO
		3.4 Fortalecer o conhecimento dos professores Hupd'äh em relação à leitura e escrita de sua língua	MÉDIO
		3.5 Estimular e promover os indígenas Hupd'äh e Yuhupdeh para assumir todos os cargos de professores em suas comunidades. Garantia de concursos diferenciados para o ingresso de indígenas Hupd'äh e Yuhupdeh em escolas de suas comunidades.	MÉDIO
		3.6 Evitar a contratação de professores de outras etnias nas escolas Hupd'äh e Yuhupdeh, seja por concurso ou temporário.	
		3.7 Retirar do atual concurso os cargos para escolas Hupd'äh e Yuhupdeh,	
4. Falta de material didático na língua hup'däh e yuhupdëh	SEMEC	4.1 Acompanhamento pedagógico para construção de material didático aos professores Hup'däh e Yuhupdëh e acessar os programas do governo federal para publicação do material didático produzido	MÉDIO
5. Professores hup'däh e yuhupdëh sem formação específica	SEMEC/SEDUC/MEC	5.1 Realização do curso de formação continuada e específica para professores Hup'däh e Yuhupdëh	MÉDIO
6. Falta de orientação pedagógica quanto ao preenchimento dos diários de classe e na emissão das notas nos boletins dos alunos	SEMEC	6.1 Realização de oficinas pedagógicas de orientação quanto ao preenchimento de dos diários de classe e de boletim de notas e frequência, incluindo as atas finais	CURTO
7. Falta de alimentação, (por vezes alimento vencido é fornecido) e	SEMEC, MEC, MDS	7.1 Implementar Programa de Merenda Regionalizada	MÉDIO

não há material para garantir o preparo dos alimentos		7.2 Fornecer utensílios de cozinha para preparo dos alimentos	CURTO
		7.3 Fornecer alimentação de forma integral para as comunidades Hupd'äh e Yuhupdeh, adaptada para a região, com prioridade para alimentos locais, e no prazo adequado, dentro do período de validade do produto.	CURTO
8. Ausência de representantes Hupd'äh e Yuhupdeh no SEMEC	SEMEC	8.1 Contratar um professor Hup'dah e Yuhupdëh para ser o interlocutor nos assuntos de educação na SEMEC	CURTO

PREFEITURA

MAPA DE PROBLEMAS	ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS	PRAZO
1. Alta incidência de malária na cidade e de insalubridade no Parauari (Beiradão)	SECRETARIA DE SAÚDE, DSEI, FIOCRUZ, MINISTÉRIO DA SAÚDE	1.1 Limpeza e borrifação regular com inseticida (de preferência natural) para matar mosquito em toda a cidade e no Parauari. Utilizar inseticida enquanto não for desenvolvida metodologia menos nociva aos seres humanos e ambiente.	CURTO
		1.2 Realização de pesquisa e aprofundamento para buscar outros mecanismos de combate à malária menos nocivos ao ambiente e às pessoas	CURTO
		1.3 intensificar as ações de prevenção através de uma força tarefa de limpeza na cidade e no Parauari e ampla divulgação para a sociedade como um todo.	CURTO
		1.4 realização de campanhas educativas para reduzir o foco de contaminação, nas línguas indígenas de tronco Tukano, Baniwa, Maku e Yanomami, e Nheengatu.	MÉDIO
		1.5 garantir um diagnóstico e prevenção da doença e malária e outras através de ações regulares de exames a toda a população com proposta e atuação anterior a vinda dos indígenas para a cidade.	MÉDIO
		1.6 Realizar trabalhos de prevenção para que os indígenas não proliferem a malária para suas comunidades	MÉDIO

2. Infraestrutura inadequada dos barracões da prefeitura e de pastor evangélico para acolhimento dos indígenas	Prefeitura /FUNAI	2.1 Construção de casa de apoio para os Hupd'äh, Yuhupdéh e Yanomami com sistema de captação de água de chuva e placas solares.	MÉDIO
		2.2 Reforma dos barracões da prefeitura com construção de banheiros, cozinhas apropriadas e energia elétrica, com sistema de captação de água de chuva e placas solares.	MÉDIO
		2.3 Manutenção através de limpezas regulares pela prefeitura	CURTO
		2.4 Realização de ações educativas e de cidadania regulares durante a permanência dos indígenas em todos os barracões	CURTO
		2.5 Fechamento dos barracões que encontram-se em situação de insalubridade, alta incidência de doenças e falta de infraestrutura, garantindo alojamento adequado até as reformas e construções de novas casas de apoio.	MÉDIO
3. Discriminação racial por parte dos não indígenas da cidade e das instituições. Apesar do conhecimento acerca das dificuldades dos Hupd'äh e Yuhupdéh, eles são tratados como problema de ordem pública pela prefeitura, que é omissa no atendimento a eles.	Todas + secretaria de Direitos humanos do governo federal	3.1 Qualificar os profissionais que trabalham na prefeitura e na CASAI quanto aos aspectos interculturais e humanização no atendimento	MÉDIO
		3.2 Campanhas educativas na cidade quanto aos aspectos interculturais com o objetivo de estabelecer uma relação de respeito e dignidade aos povos indígenas a partir do momento que são originários da região	MÉDIO
		3.3 Elaboração de cartilhas valorizando os povos indígenas e seus direitos a serem distribuídas aos não indígenas residentes na cidade.	MÉDIO
4. Atropelamentos	Prefeitura/Guarda de transito	4.1 Garantir guarda de trânsito no período de férias escolares no centro e no caminho das instituições publicas	MÉDIO
5. Ausência de calçadas	PREFEITURA	5.1 Ampliar as calçadas, principalmente no caminho para as instituições públicas	LONGO
6. Custo travessia de Ipanoré para Urubuquara	PREFEITURA	6.1 Garantir a gratuidade dos indígenas na travessia, já que o custo de 40 reais é muito alto	CURTO
7. Insegurança alimentar na cidade	PREFEITURA, FUNAI e MDS	7.1 Garantia e fornecimento de cestas de alimentos aos indígenas que vem para a cidade e estão em situação de insegurança alimentar, até que seja construído um refeitório popular.	CURTO

		7.2 Construção e funcionamento de um refeitório popular, subsidiado pela prefeitura, que fortaleça a economia indígena local, dando preferência a produtos e alimentos típicos da região e realizando a compra direta das comunidades indígenas.	LONGO
8. Ausência de transporte	PREFEITURA, SEMAS, EXÉRCITO BRASILEIRO, DSEI, CASAI, FUNAI, MARINHA	8.1 Viabilizar transporte adequado na cidade para condução às instituições diversas ao menos durante o período de férias escolares	MÉDIO
		8.2 Viabilizar transporte adequado nas comunidades indígenas, assim como garantir a manutenção das embarcações e motores.	MÉDIO
		8.3 A Marinha tem que obrigatoriamente assegurar o patrulhamento dos rios, nas imediações da cidade, de modo a evitar afogamentos dos indígenas e fazer resgate de naufragos, bem como assessorar a manutenção de embarcações e motores dos indígenas.	MÉDIO

FUNAI – CRRN

MAPA DE PROBLEMAS	ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS	ORIENTAÇÕES E INICIATIVAS	PRAZO
1. Falta de acompanhamento dos povos Hupd'äh e Yuhupdeh	FUNAI/ DAGES MPF	1.1 Aumento de servidores e cargos	CURTO
		1.2 Contratação de indígenas Hupd'äh e Yuhupdeh para apoiar o acompanhamento.	CURTO
2. Péssima infraestrutura para recebimento dos indígenas na FUNAI	FUNAI/DAGES	2.1 Reforma e ampliação da sede da Coordenação Regional do Rio Negro	MÉDIO
		2.2 Melhoria da Internet	MÉDIO
		2.3 Expandir serviço de Telefone	MÉDIO
3. Falta de Coordenação Técnica Específica para atuar junto com os povos Hupd'äh e Yuhupdeh	FUNAI/	3.1 Criação da Coordenação Técnica Local Hupd'äh e Yuhupdeh	CURTO
4. Ingresso de pessoas sem	FUNAI	4.1 Ampliar a fiscalização das Terras Indígenas.	CURTO

autorização em Terra Indígena / Proselitismo Religioso	MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO		
5. Alto consumo de bebida alcoólica industrializada pelos indígenas do Rio Negro	FUNAI DSEI EXÉRCITO MINISTÉRIO DA SAÚDE	5.1 Buscar articulações e aprofundamento sobre este tema a fim de reduzir os altos números.	MÉDIO
6. Falta de ações específicas integradas para os povos Hupd'äh e Yuhupdeh por parte de outras instituições	FUNAI BRASÍLIA, CRRN MPF	6.1 Articular, acompanhar junto a outras instituições ações específicas diferenciadas para os povos Hupd'äh e Yuhupdeh no âmbito da saúde, educação, direitos sociais e indígenas, gestão ambiental e territorial.	CURTO
		6.2 Retomar o GT criado a nível local de São Gabriel da Cachoeira para articular, organizar e promover ações entre instituições para os povos indígenas Hupd'äh e Yuhupdeh.	CURTO
		6.3 Criar um GT a nível nacional para articular, organizar e promover ações entre instituições em Brasília para os povos indígenas Hupd'äh e Yuhupdeh.	CURTO
		6.4 Garantir e acompanhar o diálogo constante entre o GT Local e o GT Nacional, possibilitando que as instituições a nível municipal, estadual e federal estejam em sintonia.	CURTO

Diagnóstico de comunidades e territórios Hupd'äh e Yuhupdeh

1. Passo a passo

A Tabela 2, “Perspectivas dos Povos Indígenas Hupd'äh e Yuhupdeh: problemas e soluções-propostas” resulta de discussões no âmbito das oficinas de Plano de Gestão Ambiental e Territorial (PGTA) dos povos Hupd'äh e Yuhupdeh, realizadas entre 2015 e 2016. A FUNAI coordenou estas oficinas, que foram realizadas em seus territórios. Elas ocorreram com a participação de pesquisadores colaboradores que vem realizando investigações científicas ao longo de vários anos junto a estes povos.

As propostas de elaboração e execução de PGTA's foram fortalecidas e incentivadas pela Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), instituída em 2012, que tem foco no cuidado com os territórios indígenas, assim como a utilização dos seus recursos de maneira sustentável, desde as perspectivas indígenas.

Em especial nos PGTA's Hupd'äh e Yuhupdeh, que estão em elaboração, foi observado que os indígenas trouxeram reflexões relevantes sobre as transformações que vem enfrentando em seu modo de vida, que também tem relação com o fluxo à cidade. Cabe destacar que a cidade vem crescendo desordenadamente, e passa por um processo de favelização intenso, não contando com boa estrutura para atender adequadamente a população. Por isso, é importante darmos atenção ao que os indígenas falam a respeito da cidade, buscando reforçar, sobretudo, ações nas comunidades indígenas.

O nome de cada tabela é especificado conforme o povo indígena e a comunidade envolvida na oficina e nas discussões. Cada tabela está dividida em Problemas e Soluções-propostas discutidas pelos indígenas durante as oficinas de PGTA's. Em geral, subdividem-se também pelos temas abordados por eles - Cidade, Saúde, Educação, Manejo e alimentação; e Aldeias antigas, lugares sagrados e caminhos tradicionais, embora cada comunidade aborde os temas de maneira diferente. Como ainda está em elaboração, alguns pontos ainda não foram explorados, principalmente na região do Papuri e Japu.

Hupd'äh – Comunidade Taracuí Igarapé

PROBLEMAS	SOLUÇÕES - PROPOSTAS
<p>Cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Documentação difícil de conseguir - Dificuldade com o Português e Tukano - Dificuldade de receber benefícios - Viagem para São Gabriel perigosa (perder documentos, afogamentos) - Dívidas com comerciantes que ficam com cartões bancários - Tirar a própria vida (suicídios) 	<p>Cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ter associação dos Hupd'äh de Tat Dêh (Taracuí Ig.) e Yuyudêh (Barreira Alta) - Conseguir barco pela associação - Ter barco que venha às comunidades para tirar documentos e benefícios (Barco PAI) - Presidente da associação coordenaria as viagens cuidando das compras (reduzir bebida e mortes)
<p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de radiofonia - Sem remédios (AIS) - Mortalidade infantil e de adultos alta - Suicídios - Beber muito na cidade 	<p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - Beber na comunidade - Não beber tanto na cidade - Fazer solicitação para ser criado um DSEI dos Hupd'äh - Fortalecer os Benzimentos - Trabalhar junto a saúde dos brancos e a saúde dos Hupd'äh
<p>Escola</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de casa própria - Falta de materiais escolares na língua Hup 	<p>Escola</p> <ul style="list-style-type: none"> - Solicitar casa de madeira com piso de cimento, telhado de zinco e equipada com biblioteca. - Acompanhamento de pesquisadores para produzir materiais na língua Hup.
<p>Alimentação e manejo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pescaria difícil no Igarapé Taracuí - Não têm mais zarabatana e instrumentos de caça - Falta de curare - Falta de caraná perto - Há famílias com dificuldades de roça - Colocam muita malhadeira 	<p>Alimentação e manejo</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organizar permissões para famílias com dificuldade de alimentação pescarem nas terras dos donos de territórios - Organizar para tirar curare (troca ou tirar) - Fazer zarabatana e instrumentos de caça (arco, flecha) - Deixar pé de caraná para sempre ter - Organizar pedidos aos donos de territórios para as famílias que precisam fazer novas roças - Não derrubar árvores de ucuqui, buriti, cucura, ingá. - Plantar novas árvores de frutas perto da comunidade.

<p>Aldeias antigas, Lugares Sagrados e caminhos tradicionais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Jovens não conhecem caminhos, lugares sagrados e nem aldeias antigas. - Não fazem mais vômitos rituais, cheirar pimenta, pintura corporal (dad, m'e). 	<p>Aldeias antigas, Lugares Sagrados e caminhos tradicionais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conversar com anciões que conhecem. - Organizar viagens para abrir caminhos e visitar aldeias antigas, lugares sagrados: AIMA pode fazer viagens com jovens para pensar em caça e coleta de frutas nessas viagens. - Querem voltar a fazer vômitos rituais, cheirar pimenta, pintura corporal, fazer cocares. - Manejo para rituais de Dabucuri e Jurupari (fazer cocar, tirar frutas, fazer pintura) - Voltar a ter jejum e reclusão ritual dos jovens.
--	--

Hupd'äh – Comunidade Barreira Alta

PROBLEMAS	SOLUÇÕES – PROPOSTAS
<p>Cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aposentados não têm documentos, crianças não têm documentos - Cartório e DSEI erram nomes em certidões de nascimento e cartões de vacina - Vereadores pegam voto da comunidade e não ajudam na cidade. Prometem ajudar com gerador, escola mas não ajudam, - Beber demais na cidade: pessoas sofrem acidentes e morrem (afogados), suicídios, - Viagem é difícil, não tem gasolina, comida, ocorrem acidentes e demoram muito na cidade - Deixar cartão com comerciantes – dívidas. Ocorre muito com aposentados. -Tukano sovinam terreno e lenha. São bravos e discriminam 	<p>Cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Associação dos Hupd'äh de Barreira Alta, Taracua Ig. e Nova Fundação - Fazer projeto de barco para a associação (viagem segura e comercialização de produtos) - Deixar os filhos na comunidade (jovens e crianças), irem só os pais - Barco PAI (FUNAI) vir tirar documentos e benefícios. Reunir todos em Barreira Alta - Não fazer empréstimo e nem pegar cheque especial
<p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - Equipe de saúde não vem à comunidade - Não tem remédio - Crianças morrendo por falta de atendimento 	<p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fazer um DSEI só dos Hupd'äh

<p>Escola</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estrutura física e merenda que demora - Falta de biblioteca - Não tem bolsa de estudos para universidade para o povo Hupd'äh 	<p>Escola</p> <ul style="list-style-type: none"> - Solicitar construção de escola com telha de zinco e/ou ecológica e/ou de brasilite com cano, equipada com biblioteca. - Pedir maior rapidez na vinda de merenda e construir local separado para estocar merenda - ter bolsa de estudos para que Hupd'äh possam continuar a estudar
<p>Manejo e território</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade com a pesca, poucos peixes no Tiquié - Jovens não conhecem os caminhos tradicionais, as aldeias antigas nem os lugares sagrados - Pouco conhecimento sobre locais de frutas do mato, cipó, animais, peixes, breu e curare 	<p>Manejo e território</p> <ul style="list-style-type: none"> - Com trabalho de manejo, pescar em igarapés na terra Hup - organizar viagens para as aldeias antigas, lugares sagrados e áreas de caça e pesca (manejo). AIMA à frente e jovens acompanhando - Fazer levantamento de onde há frutas do mato, caça, peixes, plantas remédio, cipó, madeira para pensarem manejo (breu e curare)

Yuhupdeh – Comunidades do Igarapé Cunuri e Ira

<p>Saúde</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de profissionais da própria etnia (enfermeiro, médico). 2. Falta de atendimento das equipes de saúde em área (4 meses sem chegar a área em 2015, de Junho a Novembro). 3. Falta de medicamentos e equipamentos para o agente de saúde. 4. Demora no atendimento quando solicitado. 5. Falta de estrutura de apoio à família na CASAI (Casa de apoio: sem água, sem luz, sem limpeza) 6. Proibição da família acompanhar o doente (só um acompanhante) na CASAI em SGC (para nós o doente precisa da família perto e as equipes da CASAI não entendem). 7. Proibição da entrada dos benzedores no HGU 8. Demora no conserto da radiofonia 	<p>Melhorar a Saúde</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer cursos de formação (falta AIS em S. Felipe) e reivindicar vagas em cursos técnicos e superiores (Medicina, Enfermagem) e tratar de questões de medicina tradicional no currículo da escola indígena. 2. Comunicar as autoridades (gestores responsáveis, DSEI, SESAI, Funai, Foirn) e cobrar providências. 3. Cobrar providência dos gestores. 4. Cobrar providência dos gestores. 5. Reivindicar a melhoria da estrutura da casa de apoio à família da CASAI. 6. Reivindicar que a CASAI respeite a necessidade de acompanhantes aos doentes (quem precisar segundo os costumes do povo) 7. Respeitar a prática do benzimento e da cura tradicional, reservando um espaço de atendimento do benzedor no Hospital. 8. Prioridade no conserto da radiofonia (comunicação); técnico exclusivo em São Gabriel da Cachoeira para consertar 9. Criação de um DSEI específico para yuhupdeh/hupdah 10. Fortalecer os benzimentos e o conhecimento tradicional.
--	---

<p>Escola</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de estrutura física nas escolas (cozinha, biblioteca, sala de aula, escola de madeira e telhado de zinco ou telha ecológica) 2. Falta de material didático específico para a etnia 3. Merenda que não chega, que vem faltando ou chega vencida. 4. Falta de formação continuada específica para os professores (cursos, fazer faculdade) yuhupdeh e hupdah 5. Dificuldades na SEMEC (contratos), muita demora no atendimento. 6. Falta de apoio pedagógico diferenciado para os professores. 	<p>Melhorar a Escola</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Cobrar providências da Semec e Funai. 2. Produzir material entre os professores com assessores (pedagogos, antropólogos, lingüistas). Fazer planejamento antes do ano letivo para metodologia de ensino pesquisa. Fazer PPPI diferenciada. Elaboração do PPPI. 3. Cobrar providências da SEMEC. 4. Solicitar um pólo específico yuhupdeh e hupdah em Taracua para licenciaturas. 5. Solicitar atendimento específico na cidade. 6. Buscar parcerias (projetos) com SEMEC, Universidades, ONGs.
<p>Participação Política</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de uma associação ou conselho na base da FOIRN 	<p>Melhorar a Participação Política</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de um conselho de representantes (capitães).
<p>Recursos naturais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Levantamento dos limites e recursos naturais do território. 2. Falta de iniciativas de manejo (pensar no futuro) 3. Conflito com garimpeiros no Ira: não pedem permissão, levam maquinaria, sem consulta. Isso é ilegal. 4. Conflito com pescadores que pescam na área sem permissão. 	<p>Melhorar a gestão dos recursos naturais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Fazer etnomapeamento e etnozoneamento. 2. Pensar o Manejo dos recursos do território. 3. Equipar as comunidades com equipamentos de vigilância e fiscalização (rádio, motor, bote, combustível) e comunicação direta com Funai, Foirn e Exercito. 4. Fazer acordos sem abrir mão dos direitos sobre o território tradicional
<p>Saneamento e lixo</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de estrutura de saneamento (Caixas d'água, tratamento), pensar em soluções adaptadas. 	<p>Melhorar o saneamento e lixo</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Pensar em soluções (projetos) adaptadas para tratamento de água. 2. Recolher o lixo das comunidades: queimar, enterrar, recolher para dar a destinação certa para o lixo toxico (pilhas, baterias). 3. Promover educação ambiental. AIMAS 4. Solicitar recontração dos AIMAS do Cunuri (3 comunidades) e contratação de AIMA no Ira (2 comunidades).

<p>Energia</p> <p>Falta de energia para as comunidades (gerador de diesel, placa, mini-usina, Luz para Todos)</p>	<p>Como Melhorar Energia</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Solicitar grupo gerador para a Comunidade 2. Implantação de projetos de geração de energia 24 horas.
<p>Transporte</p> <p>Dificuldade de transporte para São Gabriel (combustível muito caro, quebra rabetas, perde)</p>	<p>Como melhorar transporte</p> <p>Transporte público regular para a cidade de São Gabriel</p>
<p>Comunicação</p> <p>Falta de radiofonia e sistema de telefone.</p>	<p>Como melhorar a comunicação</p> <p>Solicitar prioridade nas instalações de sistema de radiofonia e telefone na região do Baixo Tiquié.</p>
<p>Valorização cultural</p> <p>Falta de valorização cultural na escola e na saúde.</p>	<p>Como melhorar</p> <p>Promover a valorização dos conhecimentos tradicionais na escola e na saúde (benzimentos, histórias de antigamente, modos tradicionais de manejo) Fortalecer a Língua</p>

Hupd'äh – Vila Fátima

<p>Cidade</p> <p>>língua: Incompreensão da fala nas instituições e nos bancos</p> <p>>deslocamento e permanência: difícil acesso à cidade, não há parentes para residindo no centro urbano, para poderem se hospedar. Ficam sem gasolina, sem rabetas, às vezes perdem a vida, não entendem o português, alguns não sabem falar bem a língua Tukano, Não conseguem se comunicar bem. O cartão às vezes fica 1 ou 2 anos com o comerciante, passam fome. Também é difícil conseguir trabalho.</p>	<p>Cidade</p> <p>>língua: nas instituições, principalmente nos bancos, são necessárias pessoas que atendam bem os Hupd'äh, que consigam falar a língua</p> <p>>deslocamento e permanência >>casa de apoio: deve ser um pouco afastada do centro da cidade, e o ideal seria separar os Hupd'äh do Japu, do Tiquié e do Papuri</p>
<p>Saúde</p> <p>>maus tratos: no hospital de Iauaretê são maltratados pelos indígenas das outras etnias, falam besteiras.</p> <p>>suicídio: tem a ver com bebida, fofoca e ciúmes. Quando diz para Parar de beber os jovens já ficam com raiva, usam corda, timbó... Os líderes de Santa Maria proibiram que enterrassem os suicidas no cemitério, inclusive os parentes deles</p>	<p>Saúde</p> <p>>maus tratos: no hospital de Iauaretê deveria ter um Hupd'äh da comunidade, alguém que tenha estudado, para orientar.</p> <p>>suicídio: formar uma equipe com líder, vice-líder, animador, ministro, catequista, agente indígena de saúde, benzedor... para ir na casa daquele que está pensando em se matar e conversar (bab' id), uma orientação da vida em comunidade.</p>

<p>que se matam. É difícil encontrar material para o caixão.</p> <p>>cachaça: a cachaça é cara, não bebem tanto assim como dizem em lauaretê. Acessam apenas na aduana colombiana (uma garrafa de Corote 10, às vezes 15 reais), e quando o o parente chega na comunidade fica com raiva e grita com a família para pegar rabetá e gasolina e ir para a aduana novamente.</p>	<p>>cachaça: diminuir cachaça para não prejudicar a comunidade, bom seria não misturar caxiri com cachaça.</p>
<p>Escola</p> <p>><u>discriminação</u>: as crianças de Fátima sofrem discriminação de alguns professores na escola da comunidade vizinha. Os outros indígenas dizem que eles são feios, que cheiram mal, que as crianças são imundas. Dizem que os Hupd'äh bebem muito. Mas não são todos que falam isso.</p> <p>><u>ensino da língua Hup</u>: falta de materiais e de incentivo para o ensino da escrita da língua Hup. [Atualmente em Fátima, assim como nas demais comunidades dos Hupd'äh do Japu (à exceção de Santo Atanásio, não há professores capacitados para o ensino da escrita da língua Hup)]</p>	<p>Escola</p> <p>><u>estrutura</u>: abrir escola em Fátima, construir prédio escolar (8 por 15 metros, 3 salas, cozinha, armário etc.), se possível com teto de caranã, mas pode ser zinco também, pois dura mais. [Hoje em Fátima funciona uma extensão da escola de Santa Maria (comunidade vizinha). A sala foi construída pelos próprios Hupd'äh, mas não se encontra em boas condições, assim como o centro comunitário, onde realizam as atividades escolares ministradas pelo professor Hupd'äh para as crianças pequenas.]</p> <p>><u>ensino da língua Hup</u>: dar aula em língua própria, cultura, repasse de benzimento, artesanato, plantas etc.</p>
<p>Alimentação e manejo</p> <p>><u>caça, pesca e roça</u>: acesso difícil a recursos de caça e pesca, devido ao crescimento populacional de lauaretê. Já tinguejaram excessivamente os igarapés. Não há mais zarabatana para caçar, só flecha, caça muito distante. Mulheres também perderam como fazer comida doce (com banana, abacaxi, cana...). Estão comendo alimentação industrializada em excesso, comida dos Hupd'äh está escassa. Os demais indígenas proíbem de caçar e pescar em suas áreas.</p> <p>><u>construção e artesanato</u>: falta palha de caranã próxima.</p>	<p>Alimentação e manejo</p> <p>><u>caça, pesca e roça</u>: organizar melhor como será o trabalho dentro da comunidade, para que uns ajudem os outros, fazer uma roça da comunidade (mandioca, banana, abacaxi, cará etc.). Organizar grupos (famílias) que vão caçar e pescar onde alguns dos Hupd'äh tem sítios hoje, também nos locais dos sítios dos antigos. Diminuir o uso de malhadeiras e dos veneno para matar peixe. Aprender novamente o uso da zarabatana [realizar oficina de feitura de zarabatana com os velhos da comunidade]</p>
<p>Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados</p> <p>><u>jovens</u>: alguns jovens não conhecem lugares como Hat Ni Nih Moy e Ya'am Moy..., não vão com os pais para a floresta, outros sim conhecem, pois acompanham seus pais. Os jovens não fazem</p>	<p>Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados</p> <p>><u>jovens</u>: quando o jovem engrossa a voz tem que endireitar a vida: këy minig (“ver reto”). Tem que esperar um mês para visitar lugar sagrado, se não dá doença. Depois de tomar banho, tomar</p>

<p>os vômitos rituais e não cheiram mais pimenta para ficar com o rosto bonito, escutar benzimentos e ter saúde. Assim, não ficam fortes para conhecer os lugares sagrados, para que os espíritos (s'ug hup'ih) recebam bem o visitante saudando-o como parente – “meu parente, você chegou?”. Se não for assim vem trovão e morre já. Mulher menstruada não pode ir, também não pode ir quando o filho nasce antes do benzimentos.</p>	<p>mingau, comer peixe, caça, aí cheira pimenta, passa urucu para ficar bonito, aí pode conhecer lugar sagrado. Então os velhos que ainda sabem têm que ensinar para os jovens pois muita coisa se perdeu.</p>
---	--

Hupd'äh – Boca do Traíra (com participação de indígenas Hupd'äh de Água Viva)

<p>Cidade >documentação em área: Não entendemos porque só estão indo ao rio Tiquié para fazer documentos. Em lauaretê, no mutirão de documentação, os indígenas de outras etnias ocupam mais espaço que os Hupd'äh, atrapalham muito, ficam malinando, dizendo coisas feias, dizendo que não é para pegarmos documentos, que somos do mato como bichos. Os comerciantes também fazem isso. No mutirão, os indígenas de outras etnias roubam as cestas básicas dos Hupd'äh. Por falta de radiofonia, às vezes chegamos atrasados em lauaretê, vamos à toa e voltamos sem nada.</p> <p>>deslocamento e permanência: descem para a cidade com pouco alimento, passam necessidade, fome em Paruari (acampamentos no Beiradão), porque não conseguem documentos em lauaretê. Demora muito na cidade, pois há muita gente, poucas fichas para atendimento nas instituições, e é difícil acessar as fichas para quem fica acampado. Muitas vezes voltam da cidade sem conseguir nada. Não recebem nenhum tipo de apoio. Os brancos das instituições, mesmo os da Funai, dizem para voltar depois de dias, semanas, meses. Não entendem a situação dos Hupd'äh na comunidade e na cidade. Os Hupd'äh não têm parentes morando na cidade, não têm onde dormir. Na subida (de volta para a comunidade) batem ondas e as canoas alagam. Muitas vezes perdemos todos os nossos documentos, mercadorias e pertences. Por falta de canoas e rabetas, as canoas voltam muito cheias, e é então que acontecem os alagamentos e afogamentos. Os velhos têm que resolver problemas de</p>	<p>Cidade >documentação em área: bom seria entrar uma equipe em St. Cruz do Cabari (tem 3 geradores) para fazer documentos. Se a equipe vier no começo de fevereiro, programado, quando chove muito e o igarapé enche, não descemos para a cidade. O igarapé fica cheio também em março, abril e maio.</p> <p>>deslocamento e permanência: >>casa de apoio: precisamos de casa de apoio em São Gabriel. O bom seria separar os Hupd'äh do Japu, do Tiquié e do Papuri, pois cachaça dá muito problema e podem haver brigas. >>barco: seria bom também um barco grande para organizar as descidas e retornos. Pode ser só de Ipanoré para baixo, não precisa passar a cachoeira de Ipanoré. Nós iríamos até Urubuquara com nossas canoas mesmo, só precisamos de um local seguro para guardá-las enquanto ficamos na cidade. >>língua: em cada instituição deveria haver uma pessoa que entende a língua Tukano e a língua Hup.</p>
--	---

<p>aposentadoria e ficam em acampamentos com lona, que são muito quentes de dia e muito frios à noite, ficam doentes, não gostam e ralham seus filhos também porque ficam sem ipadu [composto de folha de coca e cinza de folha de embaúba, consumido diariamente pelos homens mais velhos em rodas noturnas].</p> <p>><u>comércio</u>: sai pouco dinheiro, por isso deixam o cartão no comerciante, aí ficam endividando 1 mês, 2 meses, e muito mais, para poderem subir com com alguma comida e com a gasolina. Às vezes perdem as canoas nos acampamentos, são roubados. , aí tem que deixar os cartões nos comerciantes para poderem voltar, pegando fiado novas canoas e rabetas. Os comerciantes então cobram o preço dobrado. Sempre é assim com as dívidas.</p> <p>><u>cachaça</u>: conseguem pouca comida. Aí, com pena das crianças que passam fome, pegam cachaça para não ficar com fome, para não pensar em comida, para não sofrer vendo as crianças com fome – “kub pè' nih tì' ni tèèt”. Então os adultos não comem e deixam toda a comida para as crianças. Assim, quando voltam, sempre voltam com problema de saúde.</p>	
<p>Saúde</p> <p>><u>doenças frequentes</u>: gripe, diarreia, dor de estômago, possivelmente vermes, que fica sem tratamento, vômito. A malária vem de São Gabriel. Às vezes compram roupas usadas na cidade, usam sem lavar e então pegam <i>sèrèh</i> (“impigem”, manchas no pênis, testículos, axilas, cintura etc.).</p> <p>><u>comunicação</u>: falta radiofonia em Boca do Traíra, que é o ponto de referência da saúde no alto curso do igarapé Japu (comunidades Boca do Traíra, Água Viva, Santo Atanásio e mesmo Santa Rosa, no alto igarapé Cabari).</p> <p>><u>equipe do DSEI e tratamento de doenças</u>: a equipe do DSEI não está entrando no igarapé Japu. Não vem há muito tempo. Não deixam medicamentos. O agente indígena de saúde fica preocupado de só ficar assistindo seus parentes doentes sem tratamento. Mesmo tendo canoa para fazer a remoção para lauaretê, falta a gasolina. Um dia de caminhada até o Polo Base de lauaretê; dois dias carregando paciente.</p>	<p>Saúde</p> <p>><u>comunicação</u>: colocar radiofonia em Boca do Traíra, fazendo a manutenção sempre que precisar.</p> <p>><u>equipe do DSEI e tratamento de doenças</u>: precisamos da presença frequente da equipe de saúde, pois com a ausência este ano estão ocorrendo muitos problemas de saúde. Em São Gabriel tem que ter bom acompanhamento da saúde de janeiro a março e em julho.</p>

<p>><u>suicídio</u>: acontece com problema de saúde, quando fica muito tempo doente, fica só na rede, triste porque não resolve o problema, aí já vem a ideia do suicídio. Os que começam a pensar em suicídio é também porque foram invejados e soprados [<i>enfeitizados</i>] em outras comunidades, em Iauaretê também acontece isso. Aí são soprados para não ter controle com a bebida, ficam com muita raiva.</p> <p>No casal, o problema é ciúmes e ralhada por falta de comida por parte das mulheres. Também ficam tristes porque não conseguem documentos nem benefícios, não sabem falar português.</p>	<p>><u>suicídio</u>: Antigamente bebia caxiri só mais velho, já casado. Os velhos não deixavam os jovens beber caxiri para não ter problema de saúde. Só os velhos, os fortes bebiam. Seria bom diminuir a bebida. Mas também hoje em dia, quando falta bebida, os jovens ficam tristes e pensam em suicídio: <i>hãwäg hi hũ'nen yó', tãw ní yó'</i> (“aí vem a tristeza, aí fica com raiva”).</p>
<p>Escola</p> <p>><u>prédio escolar</u>: falta prédio da escola. As crianças estão tendo aula no centro comunitário e na capela.</p> <p>><u>língua</u>: Não estão ensinando escrita da língua Hup.</p> <p>><u>calendário escolar</u>: Os professores de fora, de outras etnias, não cumprem o calendário, dizem que estão longe da família e ficam um mês ou mais fora.</p>	<p>Escola</p> <p>><u>prédio escolar</u>: construir o prédio da escola, também trazer materiais, como carteiras que às vezes faltam.</p> <p>><u>língua</u>: fazer oficina de escrita da língua Hup, e que as instituições, como a SEMEC incentivem o ensino da língua Hup, e também que os professores de fora respeitem.</p> <p>><u>calendário escolar</u>: Poderia organizar o calendário escolar. No tempo da caçaria, o professor de fora poderia visitar a sua família enquanto acampamos na floresta. Então o professor passaria alguns deveres para as crianças na floresta, e, caso quisesse acompanhar os Hupd'äh no acampamento, poderia ir também.</p>
<p>Alimentação e manejo</p> <p>><u>caça, pesca e roça</u>: caça e pesca muito longe, três horas de caminhada. Às vezes tem que passar um, dois dias para trazer comida para a família. Com a diminuição da caça e da pesca a alimentação está difícil. As crianças, principalmente os filhos dos preguiçosos que não acordam à noite, passam fome.</p> <p>Devido à escola, à educação, não estamos mais indo para a floresta acampar. Antigamente havia muito peixe e caça, pois os velhos não ficavam parados como nós. Vendo que diminuía os peixes, já iam para outro lugar. Enquanto isso, a caça e o peixe juntava no local de moradia.</p> <p>As mulheres trabalham muito na roça, plantam muita maniva, mas as plantas não crescem, germinam, mas não crescem bem, morrem. Aqui a terra não é boa como em Santo Atanásio. A terra aqui tem muitas raízes e <i>yã</i> (“conjunto de pequenas raízes”), assim as plantas da roça não</p>	<p>Alimentação e manejo</p> <p>><u>caça, pesca e roça</u>: precisamos de apoio para criação de galinha e peixe.</p> <p>Para a roça, poderia vir um agrônomo para apoiar e incentivar as mulheres e ver soluções.</p> <p>Para voltarmos a fazer os acampamentos de caça, tem que mudar o calendário escolar. As famílias poderiam ir para a floresta no tempo do crescimento das frutas: ucuqui, bacaba, cunuri e umari (março), patauí (agosto), açai do mato (maio e junho)... Só precisa uma ou duas semanas de acampamento.</p> <p>Fazer uma oficina dos velhos com os jovens para que esses aprendam a fazer zarabatana. Há um velho de Boca do Traíra e outro de Água Viva que sabem fazer. Poderia ser em março, mês em que cresce o algodão no mato.</p>

<p>brotam bem, a raiz da maniva fica muito perto da superfície, recebe muito sol e morre.</p> <p>><u>construção e artesanato</u>: cipó não tem mais perto, palha de caranã está acabando. O caranazal na beira do japu (a duas horas de caminhada sentido igarapé abaixo), dividido com os Hupd'äh de St. Cruz do Cabari, está acabando. Perto de Pab' D'oh [local no caminho para Iauaretê] há apenas palha de patauá, muito fraca, não serve para a construção dos tetos das casas, apenas para a cobertura dos tapiris. Por falta de material para construção, principalmente palha de caranã, mas também casca de embaúba (paredes), muitos casais ficam sem casa, tendo que compartilhar espaço com outros parentes. Devido à falta de caranã, ao invés de tirarmos palha como os antigos faziam (deixando duas hastes para plantas novas crescerem), já tiramos tudo de uma vez. Os velhos moravam em uma maloca apenas, mas nós agora moramos em muitas casas, por isso também falta palha de caranã para todos fazerem sua moradia.</p>	<p>><u>construção e artesanato</u>: Funai teria que nos apoiar com folhas de zinco para os caranazais se recuperassem em uns vinte anos mais ou menos. Aí então ensinaríamos para nossos filhos como os velhos faziam, quantas folhas de caranã pegar e quantas hastes deixar, o tempo de crescimento...</p>
<p>Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados</p> <p>><u>desrespeito aos lugares sagrados e a falta de caça</u>: O que os brancos chamam de “lugar sagrado” são lugares de cria de caça e peixe. Aqui todos conhecem os lugares sagrados, pois são próximos de onde moramos. Mas não respeitam mais como antigamente. Por isso agora tem muito problema de saúde. Quando abre roça muito grande, os <i>b'atib'</i> (“espíritos da floresta”) <i>hũ wãhãd'äh</i> (“donos da caça”) atacam, pois não gostam. Por isso eles não liberam mais os animais que moram em casas embaixo da terra com esses seus donos. Não respeitam mais como antigamente esses lugares. Esses tempos as crianças viram um bicho que era, na metade superior, como um jacaré e, na metade inferior, como uma ariranha. Acham que foi porque um de Água Viva fez uma roça na moradia desse bicho, então ele mostrou o corpo para as crianças e foi embora. Aí fica sem peixe, sem caça. Mas no tempo dos velhos não era assim. Se os brancos entrarem aqui atrás de ouro, vai acabar todas as caças e os peixes.</p> <p>Às vezes um velho que não pode mais caçar fica soprando para a caça ficar embaixo da terra com o dono. Antigamente os velhos não faziam isso.</p> <p>><u>regras</u>: Antigamente os velhos vomitavam água por uma semana, quinze dias, à noite inteira</p>	<p>Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados</p>

<p>vomitavam antes de beber caxiri. Hoje bebem com resto de comida, aí dá doença.</p> <p>As crianças são benzidas para que busquem os conhecimentos, recebem cigarro de nascimento para seguir os costumes dos velhos, mas não estão seguindo os costumes. Os velhos passam a força para as crianças, mas se não seguem as regras, ficam doentes. A pessoa tem que vomitar água, comer comida benzida pelo benzedor que a benzeu ao nascer ou por outro benzedor que saiba.</p>	
---	--

Comunidade Santa Cruz do Cabari com a presença de Hupd'äh de Jacaré Banquinho, Piracema e Santa Rosa (região igarapé Japu)

<p>Cidade</p> <p>><u>permanência e alojamento</u>: Dificuldade em fazer, não sabem como fazer nem como se comportar nas instituições. Muito consumo de bebida alcoólica. Passamos fome. Político vem na época da eleição, mas depois não ajudam. Ficam acampados em Parauari, pegam muita doença, como diarreia e malária. De dia o sol é muito forte embaixo da lona, à noite fica muito frio.</p> <p>Em Iauaretê também temos problemas para pegar documento, ficamos com vergonha pois muitas vezes somos maltratados.</p> <p>><u>roça</u>: Quando uma família vai para São Gabriel, as que ficam na comunidade roubam a roça. Na volta, brigam.</p>	<p>Cidade</p> <p>><u>permanência e alojamento</u>: >><u>acesso à documentação</u>: Barco PAI fazer e entregar documentos nas comunidades dos igarapés Japu e Cabari. Pode ser em Santa Cruz do Cabari, que tem alguma estrutura e é de mais fácil acesso. >><u>Casa de apoio</u>: construção de uma casa de apoio em São Gabriel separando os Hupd'äh de diferentes regiões. Construir uma casa de apoio em Iauaretê também, para que possamos ir nas reuniões e nas eleições.</p> <p>><u>estruturação da Funai</u>: necessidade de uma assistente social na Funai.</p> <p>><u>Comunicação</u>: colocar radiofonia nas comunidades da região do Japu. Américo Socot, que está trabalhando com a Funai, pode passar recado para as comunidades Hupd'äh em língua Hup em um dia marcado. Américo pode falar certo o que está acontecendo na cidade.</p>
<p>Saúde</p> <p>><u>comunicação</u>: problemas da radiofonia (falta de manutenção e reparos)</p> <p>><u>equipe do DSEI</u>: equipe do DSEI esteve na comunidade apenas em agosto [oficina realizada</p>	<p>Saúde</p> <p>><u>comunicação</u>: reparar a radiofonia de Santa Cruz do Cabari, fazendo manutenções periódicas. St. Cruz do Cabari é uma comunidade de localização estratégica no igarapé Cabari. Colocar radiofonia em Jacaré Banco.</p> <p>><u>equipe do DSEI</u>: retomada urgente das visitas da equipe do DSEI nas comunidades dos igarapés Cabari e Japu.</p>

<p>em dezembro], não indicaram a previsão de retorno, alegando problemas com a situação dos práticos.</p> <p>><u>estrutura</u>: falta de remédios e material para fazer curativos</p> <p>><u>benzimentos</u>: os benzedores estão cobrando muito, às vezes até 50 reais, como estão fazendo em lauaretê, tanto os Hupd'äh como indígenas de outras etnias, e nem sempre curam</p> <p>><u>suicídios</u>: alta frequência de suicídios. O suicídio começou em lauaretê. É um sopro do primeiro que pensou em fazer assim. Às vezes as próprias famílias que sofreram com um parente se matando fazem cigarro para as outras famílias sofrerem também. Outros benzedores de fora da comunidade às vezes fazem o cercamento apenas enquanto seus filhos estão vivendo em Santa Cruz do Cabari, como foi o caso de um dos professores de outra etnia que veio dar aula aqui. Ele pegou o feitiço do suicídio aqui na comunidade, então, em lauaretê, foi beber cachaça na aduana e quase se matou. Seu pai então o acompanhou até aqui e fez o cercamento xamânico da comunidade. Os suicídios pararam por um tempo. Depois, quando seu filho foi embora, o pai retirou a proteção da comunidade, e então os suicídios voltaram a acontecer.</p> <p>Os jovens não querem escutar a fala dos pais e parentes, não são mais acostumados desde criança. Hoje eles ficam com raiva se chamam a atenção deles em dia de bebida, e aí já vem o suicídio. Os pais ficam com receio de falar qualquer coisa para que os filhos não se matem.</p>	<p>><u>estrutura</u>: DSEI deve construir uma casa para casa para atendimento à saúde, com espaço para atendimento das grávidas, que não gostam de ficar expostas quando dos exames ginecológicos. O DSEI deve construir um sistema de captação de água. DSEI deve construir captação de água em Jacaré Banquinho (11 famílias, 48 pessoas). De setembro a janeiro, o igarapé que banha a comunidade seca. Nesse tempo, é uma hora de caminhada para pegar água, carregando muito peso na volta. Homens, mulheres e crianças sofrem muito.</p> <p>><u>benzimentos</u>: antigamente não havia dinheiro, os doentes pagavam aos benzedores com o que tinham (coca, casca de árvore para artesanato de roupa e tipóias, peixe, farinha...). Os benzedores devem apoiar a comunidade hoje em dia.</p> <p>><u>suicídios</u>: para não ter mais suicídio, os benzedores devem apoiar (<i>bi'íd tá'</i> "benzimento de cercar, proteger"). Temos que reconhecer, valorizar os benzedores e respeitar seus parentes na comunidade, para que não fiquem com raiva e retirem a proteção (<i>bi'íd tá'</i>).</p>
<p>Escola ><u>prédio escolar</u>: políticos enganaram sobre a</p>	<p>Escola ><u>prédio escolar</u>: prefeitura, governo do estado,</p>

<p>construção da escola desde 1983. Fizeram até a marcação de onde seria construída a escola, mas, até hoje, nada.</p> <p>><u>aprendizado da grafia da língua Hup</u>: o ideal seria que o aluno Hupd'äh aprendesse bem a escrita da língua Hup, a fala e a escrita da língua Tukano e a fala e a escrita do português. Falta a convenção da grafia da língua Hup falada na região do igarapé Japu. Em St. Cruz do cabari as crianças estão aprendendo errado. Em Jacaré Banco e Piracema nem ensinam.</p>	<p>MEC, com apoio da Funai, devem resolver o problema da falta de prédio escolar.</p> <p>><u>aprendizado da grafia da língua Hup</u>: proposta de realização de uma oficina de escrita da língua Hup para os professores Hupd'äh da região do igarapé Japu e jovens interessados em se tornar professores. Alguns, que não sabem nada, vão aprender, outros, que sabem um pouco, vão reforçar seus conhecimentos para ensinar nas suas comunidades. Odilon Caldas (professor Hupd'äh da comunidade Santo Atanásio) pode ser o professor. Nessa oficina vamos conversar sobre os diferentes modos de falar a língua Hup. E depois fazer uma reunião com os parentes do rio Tiquié e do rio Papuri para conversar sobre a convenção da grafia. Precisamos da ajuda de um linguista e de alguém que ajude na elaboração de material pedagógico. Deve ser realizada em julho, no mês das férias escolares. Alimentação para 30 ou 40 pessoas durante 45 dias. A oficina pode ser realizada em St. Cruz do Cabari, comunidade que tem mais estrutura e de mais fácil acesso na região do igarapé Japu. Pensamos que a Funai com a SEMEC devem trabalhar juntas para garantir a verba e a logística para a realização da oficina.</p> <p>><u>material didático</u>: precisamos de um livro do professor Hup, como tem do português e do Tukano. Precisamos de material didático para o ensino de artes.</p>
<p>Alimentação e manejo</p> <p>><u>caça, pesca e roça</u>: perto da comunidade tem pouco peixe atualmente. Diminuiu muito por causa do timbó, que é usado de qualquer jeito hoje em dia. Também colocam muita malhadeira. Isso ocorre porque antigamente chegaram os padres e disseram para nos juntarmos em muitos numa só comunidade. Antes disso tinha muita caça aqui. Também aconteceu que os cunhados começaram a soprar por inveja. Antes fazia dabucuri (ritual de oferta) para o Tukano, Raimundo Freitas, que morava aqui com a gente trabalhando a seringa. Agora tem pouca caça perto da comunidade. Hoje usam armadilhas mas às vezes nem vão ver se pegou os bichos ou não, e a presa fica lá apodrecendo.</p> <p>><u>construção e artesanato</u>: os mais jovens tiram palha de caranã de qualquer jeito, não escutam os velhos. Mesma coisa com patauí, açai e bacaba.</p>	<p>Alimentação e Manejo</p> <p>><u>caça, pesca e roça</u>: por enquanto é bom não usar zarabatana, pois acabará com toda a caça próxima. Bom seria fazer psicultura e criação de animais por algum tempo, para que a caça assim pudesse se recuperar. Precisamos de alguém indicado pela Funai que nos oriente nisso, pois o peixe está acabando aqui perto.</p> <p>><u>construção e artesanato</u>: os antigos tiravam palha de caranã com muito cuidado, não tiravam tudo, deixavam dois ou três talos. Os velhos</p>

Hoje em dia tem só em locais distantes da comunidade. Os indígenas das outras etnias e os brancos de Iauaretê não querem mais comprar o artesanato (zarabatanas, remos, aturás...) que vendíamos antes, pois disseram que está mal feito	sabiam tinguejar, havia um responsável que sabia o benzimento antes de tinguejar. E, assim, depois de tinguejar os peixes voltavam rápido ao local.
Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados	Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados

Hupd'äh - Comunidade Santa Cruz do Turi (Papuri)

<p>Cidade</p> <p>><u>deslocamento e permanência</u>: não há parentes em São Gabriel para ficarmos na casa. Muitas dificuldades. Sem canoa, nem rabeta. Às vezes não tem acompanhante para ajudar [na cidade, a maior parte dos Hupd'äh necessita do que eles chamam de <i>kihśát</i>, que, no caso, é um parente ou alguém que saiba conduzir o caminho pelas instituições, que tenha conhecimentos em língua portuguesa e nos modos de interação na burocracia].</p> <p>Da última vez que fomos para São Gabriel, ficamos no sítio do Virgolino, que antigamente vivia aqui conosco no Igarapé Turi [indígena da etnia Desana]. Em Parauari não gostamos de ficar, pois os Hupd'äh não regulam com a bebida. Pega malária e diarreia. Em Iauaretê também não temos lugar para ficar.</p> <p>><u>documentação em área</u>: há três famílias que não têm documentos aqui. Quando os pais não têm documentos, não pode fazer os documentos dos filhos.</p> <p>Não conseguimos fazer documentos no mutirão de documentação em Iauaretê em 2003.</p> <p>><u>língua</u>: não falamos português, somente a língua Tukano e a Hup.</p>	<p>Cidade</p> <p>><u>deslocamento e permanência</u>: algumas famílias querem descer mas não têm gasolina nem rabeta. Em um barracão para os Hupd'äh deveria separar os Hupd'äh do Japu, do Tiquié e do Papuri. Ficaremos nos Hupd'äh do Papuri.</p> <p>><u>documentação em área</u>: seria bom fazermos documentos, pois a SEMEC está exigindo para a matrícula das crianças, para a contratação dos professores e para o envio da merenda. Alencar (Funai) passou aqui dizendo que viriam em todas as comunidades fazendo documentos, mas não vieram. Foram só para o rio Tiquié.</p>
<p>Saúde</p> <p>><u>equipe do DSEI</u>: em 2014, a equipe do DSEI entrou só uma vez no Turi. Em 2015 também só uma vez. A equipe não quer deixar remédio. Às vezes a equipe do DSEI passa pelo rio Papuri, mas não entra aqui, dizem que quando o Igarapé fica seco é difícil de subir.</p> <p>><u>comunicação</u>: não temos radiofonia</p> <p>><u>doenças mais frequentes</u>: há um pouco de</p>	<p>Saúde</p> <p>><u>equipe do DSEI e AIS</u>: a equipe do DSEI deve vir mais vezes aqui.</p> <p>Deveria ser como nas comunidades do Tiquié em que vivem Hupd'äh com Tukano ou Desano, em que há um agente indígena de saúde para cada povo.</p> <p>Seria bom um DSEI só para os Hupd'äh.</p> <p>><u>comunicação</u>: colocar radiofonia.</p>

<p>tuberculose, há um pouco de diarreia e gripe.</p> <p>><u>suicídio</u>: teve um suicídio de um Hupd'äh aqui em dia de caxiri. Os jovens ficam meio doidos quando bebem. Outro tomou timbó e quase morreu</p> <p>><u>conhecimentos tradicionais</u>: os jovens não querem escutar os cantos dos velhos, o <i>têh bi'id</i> [benzimento do filho], o <i>tĩhĩy k'äç bi'id tá'</i> [benzimento para cercar da mordida da cobra]... só querem beber caxiri e ficar loucos. Hoje em dia, só dois velhos sabem benzer bem. Quando eles morrerem, vai acabar.</p>	<p>><u>conhecimentos tradicionais</u>: os jovens deveriam escutar e aprender com os velhos, para não acabar o benzimento.</p>
<p>Escola</p> <p>><u>prédio da escola e estrutura</u>: a comunidade mesmo construiu o prédio da escola, mas não nos enviam cadeiras. Os políticos não ajudam, não há biblioteca. Não há professor Hupd'äh. A palha de caranã da escola não está boa, estamos dando aula no centro comunitário e na capela. Tem só um quadro negro e poucas cadeiras. A merenda que chega não é suficiente para todos.</p> <p>><u>documentação dos alunos</u>: alguns alunos têm registro, outros não A SEMEC mandou tirar registro em São Gabriel, pois os professores e a merenda podem diminuir se os alunos não forem regularizados. Desde 2009 falaram isso [exigência do MEC], e nos deram um tempo para resolver. Temos só até 15 de janeiro, podemos matricular até essa data, depois, não. Mas não conseguimos fazer nossos documentos pelos problemas que falamos antes sobre a cidade e da documentação em Iauaretê. A escola ficará prejudicada. Em outras comunidades Hupd'äh do rio Papuri (São João, São Fernando e Waguiá) as escolas podem até fechar.</p>	<p>Escola</p> <p>><u>ensino da língua</u>: deveria ter um professor que fala e escreve em língua Hup (o José Arimatéria Marques Castilho) para ao menos alfabetizar as crianças Hupd'äh na língua de seus parentes.</p> <p>><u>prédio da escola e estrutura</u>: precisamos de uma estrutura com zinco, as paredes podem ser de tábuas e o piso com cimento.</p> <p>><u>documentação dos alunos</u>: sobre os documentos, a Funai deve apoiar que venham aqui no rio Papuri fazê-los.</p>
<p>Alimentação e manejo</p> <p>>caça, pesca e roça: hoje tem pouco peixe, às vezes sai pra caçar um dia e não encontra nada. Tem que ir pra cabeceira do Igarapé Taracua, cabeceira do Cabari, na cabeceira do Turi... tudo um dia de caminhada. Nesses lugares tem caça, mas temos que dormir lá. Quando eram jovens os que hoje são velhos, tinham zarabatana, caçavam muito <i>öh</i> e <i>yawaç</i> [macacos], <i>moy tud</i> e <i>sib</i> [aves]. Mas agora os velhos são como brancos. O velho Jovino ainda tem zarabatana, mas falta o algodão, acha só na cabeceira de Ya'am Dêh e em Waç Dêh. Os cachorros caçadores morreram todos.</p>	<p>Alimentação e manejo</p> <p>>caça, pesca e roça: queremos ativar a piscicultura. Já temos a barragem. Estamos encaminhando documento para o Alencar, da Funai. Aqui perto, no caminho para o rio Tiquié, a uma hora de caminhada, já tem bastante caça, mas como não tem zarabatana, não mata muito, por isso há caça lá. De dezembro a março cresce algodão. Era bom fazer uma oficina dos velhos ensinando os jovens a fazer zarabatana. Onde era Esteio [comunidade há poucos anos abandonada] tem muita árvore para fazer zarabatana, Melhor não tinguajar muito e também não deixar muita</p>

<p>Tinguejaram muito e estão usando muita malhadeira. A terra da roça é boa: <i>m'áj' k'</i> [terra firme] e <i>s'ày tip wèg s'áh</i> ["terra preta do ovo da rã"]. Roça aqui não é problema.</p> <p>><u>construção e artesanato</u>: Tem caranazal e lugar para tirar cipó. Perto de Waç Dèh tem dois caranazais muito grandes. Mas às vezes os que tiram cortam todas as folhas, aí o pé de caranã morre, Às vezes trocam artesanato (aturá, balaio, tipiti, camati..) por roupa usada, vendem na dispensa dos padres em lauaretê.</p>	<p>malhadeira.</p> <p>><u>construção e artesanato</u>: quando tirar caranã, melhor deixar duas ou três folhas.</p>
<p>Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados</p>	<p>Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados</p>

Hupd'äh - Comunidade Santo Atanásio

<p>Cidade</p> <p>><u>documentação em área</u>: Começaram a dar documentos, aposentar os velhos, mas começou a dar problemas nos cartões e disseram que não havia como resolver em lauaretê, só em São Gabriel. O Barco PAI, que foi fazer auxílio maternidade no rio Tiquié não chegou aqui no Japu.</p> <p>><u>deslocamento e permanência</u>:</p> <p>>><u>cachaça</u>: Enquanto os adultos ficam bêbados, as crianças ficam sofrendo. Tem gente que não cuida dos filhos.</p> <p>>><u>insalubridade e doenças</u>: Depois que chove, tiramos água do rio mesmo, suja, aí já dá diarreia nas crianças e também nos adultos. Alguns pegam comida do lixo, dá doença. Os brancos oferecem comida podre, às vezes peixe cheio de tapuru; os brancos tiram a comida da geladeira e moqueam de novo, isso dá doença. Diarreia, vômito, muita malária, febre, <i>tib d'oh</i> (doença no pênis) nos jovens. Às vezes descemos para a cidade mas o cartão está com algum problema, aí ficamos três, quatro meses passando fome até conseguir voltar.</p> <p>>><u>discriminação</u>: O professor Odilon, quando começou a trabalhar no dicionário da língua Hup, ficava em dormitório, bebendo água boa, tinha saúde. Quando começou a descer com a família, queria ficar no barracão [casa de apoio], mas os Tukano que moram lá sovinavam, diziam que ali</p>	<p>Cidade</p> <p>><u>documentação em área</u>: se tivesse um lugar para consertar cartão em lauaretê seria bom. Em lauaretê tem energia dia e noite. O INSS poderia ir lá resolver o problema dos cartões. Poderiam fazer documentos e benefícios em Santa Cruz do Cabari também. Agora, tem coisas como reuniões... que só em São Gabriel para resolver.</p> <p>><u>deslocamento e permanência</u>:</p> <p>>><u>casa de apoio</u>: Os Hupd'äh do Tiquié já têm o seu barracão, precisamos de um barracão só para o Japu. A casa de apoio deve ter caixa de água, banheiro, fogão, lugar para fazer fogo, um quarto separado para os professores trabalharem.... Também precisa de um local seguro para deixarmos nossas canoas e rabetas na cidade.</p> <p>><u>representante na Funai</u>: Precisamos de um representante Hupd'äh do Japu na Funai, pois do rio Tiquié já tem.</p>
---	---

<p>não é lugar de Hupd'äh, que eles são “Maku”. Os Tukano de Iauaretê tratam os Hupd'äh do Japu um pouco melhor.</p> <p>>><u>histórico</u>: Em 2005 começaram a descer só os professores Hupd'äh, em 2009 começaram a descer algumas famílias, mas em 2014 começaram a descer muitos por causa do auxílio maternidade.</p> <p>>><u>roubo e violência</u>: Roubam as coisas nos acampamentos em Parauari (canoa, rabeta...), como a Natália agora mesmo que está lá na cidade e não tem como voltar para Santo Atanásio. Os Tukano que ajudam a fazer empréstimo e benefício pegam muito dinheiro como pagamento.</p>	
<p>Saúde</p> <p>><u>comunicação</u>: até 2013 havia radiofonia na comunidade, mas entrou barata e estragou tudo.</p> <p>><u>doenças frequentes</u>: [velho Bibiano Ramos lista as doenças] Muita tuberculose, <i>tibíg'</i> [possivelmente “reumatismo”, mas não soube traduzir bem], dor no corpo todo, urina avermelhada, <i>tíb d'óh</i> (doenças no pênis), <i>dö'd'äh bihìw hú'</i> (“perda de sangue das crianças”), impetigo, nas mulheres <i>bihìw wáyáy</i> (o “sangue sai”)...</p> <p>><u>equipe do DSEI e agente indígena de saúde</u>: a equipe veio em julho, marcou a volta para outubro, mas não vieram. Quando vem, traz poucos remédios, não dão remédios para o agente indígena de saúde. O agente indígena de saúde nunca participa dos encontros para repassar as informações para a comunidade. Às vezes quando vem a equipe de saúde, entra só até Cabari, tem que entrar aqui também. Construíram um polo base em Santo Atanásio mais ou menos em 2003, mas fechou em 2006.</p> <p>><u>água</u>: algumas famílias (da vila Comara) bebem água de Tóh má [<i>igarapé que desemboca em D'óh Dëh, “igarapé Podre”, à beira do qual foi formada a comunidade de Santo Atanásio</i>], mas lavam mandioca na cabeceira, aí dá problemas. Pessoal da vila Domingos Sávio bebe água de D'óh Dëh, mesmo com as crianças embarrando a água em cima.</p> <p>><u>suicídio</u>: ontem mesmo (17/12/2016) um jovem, um pouco bêbado, pensou em se matar. Às sem bebida mesmo os jovens pensam nisso. Mas Odilon, o professor, disse para ele não fazer, pois estava caindo muita chuva e trovão. Os jovens pensam isso quando a família ralha.</p>	<p>Saúde</p> <p>><u>comunicação</u>: precisamos de um equipamento completo de radiofonia</p> <p>><u>benzimentos</u>: os benzedores são como remédios dos brancos. Hoje na comunidade tem poucos benzedores bons [listam quatro velhos]. Os jovens devem participar com eles para aprender</p> <p>><u>DSEI</u>: deveria ter um representante Hupd'äh no DSEI. Além disso, deveria ter reuniões específicas dos agentes indígenas de saúde Hupd'äh, pois nos encontros gerais os Tukano falam bem, mas nós não.</p> <p>><u>água</u>: cinco caixas d'água, uma para cada vila (Centro, Raiz, São Domingos Sávio, Buritizal e Comara). Existem olhos d'água para captação, também podemos pegar água da chuva, como já fazemos no centro comunitário.</p> <p>><u>suicídio</u>: diminuir a bebida, controlar, falar com os filhos, falar com a família. O benzedor, os líderes e professores poderiam conversar co o</p>

	jovem que está pensando nisso. Existe <i>bi'id tá'</i> ["benzimento de cercar, proteger"] para suicídio.
<p>Escola</p> <p>><u>prédio escolar, estrutura e casa de apoio para professores</u>: o prédio da escola construído em 2004 está praticamente caindo. os alunos mesmo estragam as mesas, quadros, carteiras. Não há local apropriado para guardar materiais escolares. Atualmente guardam no centro comunitário, mas estão roubando e está estragando muito.</p> <p>Os políticos prometem construção de casa de apoio para os professores de outras comunidades e etnias que vêm aqui dar aula, mas não fazem nada. Hoje em dia esses professores têm que se hospedar no centro comunitário, atrapalhamos eles em dia de festa.</p> <p>Esse ano teve muito problema em receber a merenda. Os professores Tukano receberam a merenda em Iauaretê e deixaram em Cabari para carregarmos. Disseram que receberam em retalhos e não em fardos.</p> <p>><u>língua Hup e alunos</u>: os professores Tukano não acompanham na língua indígena. Os alunos mesmo não querem estudar a língua Hup. Não lembram dos sonhos para contar histórias, nem gostam de pintar, caçar, pescar...</p> <p>><u>SEMEC</u>: a equipe da SEMEC nunca vem na comunidade para fazer as avaliações e para nos escutar.</p>	<p>Escola</p> <p>><u>prédio escolar, estrutura e casa de apoio para professores</u>: reconstrução do prédio escolar. Como não há caranã, a SEMEC tem que apoiar par a construção da casa de apoio dos professores, para hospedá-los e para guardar os materiais da escola.</p> <p>><u>língua Hup e alunos</u>: na escola poderíamos ensinar mais coisas dos Hupd'äh. Incentivar a escuta das histórias dos antigos, o aprendizado das flautas <i>hëhëh, wöwöw, pïh, pöréh, ed', mih b'ok...</i></p> <p>><u>SEMEC</u>: que a equipe da SEMEC faça o seu trabalho de visita nas comunidades.</p>
<p>Alimentação e manejo</p> <p>><u>caça, pesca e roça</u>: tem muita gente colocando malhadeira nas cabeceiras de D'óh Dëh, Wóh Dëh e D'òp Dëh. Falta peixe e caça próximos, às vezes ficamos fracos sem comida. Demora um, dois dias para chegar nos locais de caçaria. Alguns vão para Tög Tëg [grafia indicada pelo professor Odilon], os do clã Paç Ya'am Tëhd'äh e do clã Sokw'át Noh K'öd Tëhd'äh que vão. Lá tem muito macaco barrigudo, mas só dá para matar com zarabatana, que não temos mais. Os Sokw'át Noh K'öd Tëhd'äh também vão para a cabeceira do igarapé Cabari. Aqui mesmo, an serra dos Porcos, era <i>hú mòy</i> (casa de caça), mas agora não é mais. Tinha muita caça. Antes em Wóh Dëh havia muito peixe, quando tinguejava com <i>pàç puh</i> [fruta utilizada para fazer timbó], os velhos carregavam peixe com aturá. Mas agora tem só piabinha. Não fazem mais zarabatana pois não há mais animais para caçar. Aqui tem terra</p>	<p>Alimentação e manejo</p>

<p>boa, mas o problema é quando a família vai para a cidade e os outros ficam roubando. A terra aqui é <i>s'ày tip wèg s'áh</i> [“terra preta do ovo da rã”], <i>wewèg, wèg tōhó</i> [areia branca]: todas terras boas para plantar. Em <i>m'àj' k'</i> [terra firme] é banana que dá.</p> <p>><u>construção e artesanato</u>: O único caranazal próximo é perto do sítio do Mauro, na cabeceira do igarapé Japu. Cipó tem em D'òp Dèh, Yõh Dèh, Sibìh Dèh, mas está acabando.</p>	
<p>Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados</p>	<p>Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados</p>

Comunidade Waguiá

<p>Cidade</p> <p>><u>deslocamento e permanência</u>: somente três famílias descem para São Gabriel: as dos dois professores e a do agente indígena de saúde. Falta comida na cidade, não têm onde ficar. No barracão dos Tukano é muito carapanã, ficamos às vezes nas ilhas de pedra na frente do porto.</p> <p>><u>documentação e benefícios</u>: é muito difícil fazer documentos. Para os velhos também.</p> <p>><u>dinheiro e acesso a mercadorias</u>: aqui ninguém recebe aposentadoria, nem bolsa família... Só os dois professores e o agente indígena de saúde ganham alguma coisa. As coisas que temos são trocadas com os Tukano. Pedimos para eles depois de trabalharmos para eles.</p>	<p>Cidade</p> <p>><u>deslocamento e permanência</u>: bom seria ter barracão para os Hupd'äh, separado por região (Japu, Tiquié e Papuri).</p>
<p>Saúde</p> <p>><u>equipe do DSEI</u>: chegou só em outubro e ficou em Jandiá, não vieram aqui.</p> <p>><u>doenças mais frequentes</u>: diarreia, dor no peito, dor de garganta, gripe...</p> <p>><u>conhecimentos tradicionais</u>: há alguns benzedores e alguns jovens que escutam para aprender.</p>	<p>Saúde</p>
<p>Escola</p> <p>><u>prédio escolar e estrutura</u>: as aulas ocorrem na construção que a própria comunidade fez. Falta</p>	<p>Escola</p>

<p>materiais (quadro, cadeira, mesa...). Não temos tábua, e precisamos também de zinco, pois o caranã fica muito longe para pegar.</p> <p>><u>língua</u>: não ensinam a escrever em língua Hup.</p>	
<p>Alimentação e manejo</p> <p>><u>caça, pesca e roça</u>: não tem mais caça e peixe perto. Tinguejaram muito. Os velhos benzeram e os peixes foram embora. Seguiram os porcos até muito longe, eles não chegam mais perto das casas. Anta e veado tem perto, mas não morre com flecha, só espingarda. Até hoje não temos espingardas.</p> <p>A roça é boa, só os que não trabalham não tem comida.</p> <p>><u>construção e artesanato</u>: tiram caranã na Colômbia, são duas horas de caminhada desde Jandiá [comunidade vizinha, da etnia Tukano, à beira do rio Papuri], é no meio da floresta, para esse povo aqui não tem fronteira.</p>	<p>Alimentação e manejo</p>
<p>Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados</p>	<p>Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados</p>

Hupd'äh – comunidade São Fernando com presença dos Hupd'äh de Cabeça da Onça (região rio Papuri)

<p>Cidade</p> <p>Saúde</p> <p><u>AIS</u>: o agente indígena de Anchieta [comunidade vizinha (etnia Tukano)], que é responsável por São Fernando também, passou três anos sem vir aqui. As crianças ficaram doentes, não dava remédio.</p> <p><u>Doenças mais frequentes</u>: diarreia, dor no peito, dor de cabeça, envenenamento, gripe. Em São Gabriel pega malária.</p> <p><u>Conhecimentos tradicionais</u>: há alguns benzedores em São Fernando. O velho que é pajé está ficando doentes. Os jovens, uns três, estão aprendendo os benzimentos.</p>	<p>Cidade</p> <p>Saúde</p> <p><u>AIS</u>: seria bom ter um agente indígena de saúde Hupd'äh de São Fernando.</p>
<p>Escola</p> <p>><u>prédio escolar e estrutura</u>: não tem prédio da escola, já pediram cinco vezes. Os políticos nunca fizeram nada. Hoje as aulas são dadas no centro comunitário. Vão trocar o centro comunitário de lugar, pois aqui nessa terra [a oficina foi realizada no centro comunitário] está aparecendo doença e</p>	<p>Escola</p> <p>><u>prédio escolar e estrutura</u>: precisa construir um prédio escolar. Como em São Fernando não há caranã, precisamos de folhas de zinco.</p>

<p>os que dormem aqui têm pesadelos. Falta material escolar. Em São Gabriel tem material para transporte, mas nós não temos nem gasolina nem rabetá para trazer.</p> <p>><u>ensino da língua</u>: não tem aula de escrita em língua Hup.</p> <p>><u>documentação</u>: as crianças não têm documentos, nem seus pais. A equipe foi dar documento só no rio Tiquié, não vieram para cá.</p>	<p>><u>ensino da língua</u>: seria bom aprender a escrever em língua Hup e ter um livro do professor Hup.</p>
<p>Alimentação e manejo</p> <p>>caça, pesca e roça: o peixe e a caça ficam longe, mas perto da comunidade tem sim alguma coisa. Quando tem cachorro, mata paca e porco. Em Cabeça da Onça, tem caça perto, não falta. Aqui tem tudo: zarabatana, flecha, veneno... Tinguejamos, mas não muito, nem usamos malhadeiras no igarapé.</p> <p>A terra para plantar aqui é <i>s'áh dö</i> ["terra vermelha"], <i>m'äj' töhö</i> ["barro branco"], <i>wèg töhö</i> ["areia branca"], <i>s'ày tìp wèg s'áh</i> ["terra preta do ovo da rã"], tem todas essas terras, para plantar aqui é bom. As mulheres disseram que aqui a terra é boa, as plantas crescem bem. Perto das casas não bem mandioca, só um pouco mais longe.</p> <p>>construção e artesanato: em Cabeça da Onça tem muito caranã. Em São Fernando, tem pouco. Em São Fernando tiraram todas as folhas, por isso morreram as plantas. Cipó: em Cabeça da Onça tem perto; em São Fernando tem só longe (em Pöpäd Dèh). Tem muita embaúba, mas não tiram muito as cascas para fazer as paredes das casas. Os Tukano de Anchieta [comunidade vizinha, à beira do rio Papuri] pegam caranã abaixo de Uirapixuna [comunidade Tukano abaixo de Anchieta], na Colômbia, onde os avós costumavam pegar com os parentes de lá.</p>	<p>Alimentação e manejo</p> <p>>construção e artesanato: em São Fernando teria que deixar uns dois anos sem pegar caranã. E, depois, toda vez que for pegar, deixar duas folhas.</p>
<p>Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados</p>	<p>Aldeias antigas, caminhos tradicionais e lugares sagrados</p>

DIAGNÓSTICO DA PRECARIIDADE DO ATENDIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM) NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS.

2. Passo a passo

A tabela II a seguir parte das legislações específicas de alguns órgãos públicos e privados. Ela fornece um conjunto limitado de diretrizes, instruções normativas, decretos, portarias entre outros arcabouços jurídicos, organizados de acordo com os órgãos competentes por sua elaboração, execução e monitoramento. Esses instrumentos servem para embasar as iniciativas do Ministério Público. Esse material pode servir ainda a uma série de instrumentos complementares, como produção de materiais diversos: guias, manuais, folhetos, folders, vídeos, áudios, e outras iniciativas que podem ser executados pelo poder público, ou mesmo sociedade civil organizada, visando informar de maneira mais qualificada gestores públicos e os próprios indígenas. Contudo, cabe destacar que as contribuições apresentadas servem principalmente como insumo preliminar para um esforço maior a cabo do poder público, no sentido não somente de fiscalizar o cumprimento das legislações, como sugerir alterações que possam qualificar o atendimento dos povos ameríndios no Rio Negro, em consonância com seus anseios e aspirações, conforme prevê a Convenção 169 da OIT, do qual o Brasil é signatário. A partir desse objetivo central, destacamos os seguintes pontos do instrumento: “Tabela II. Definição de papéis institucionais - Legislações específicas e recursos financeiros”:

- e) Ele mapeia um conjunto inesgotado de legislações específicas e gerais dos órgãos públicos e privados, de modo a contribuir na definição dos papéis das diferentes instituições;
- f) A tabela oferece observações importantes as legislações vigentes, no sentido de apontar algumas de suas limitações e possibilidades de redesenho institucional. Da forma como estão elaboradas as legislações das políticas, elas contribuem na pauperização, no endividamento dos indígenas, e no mau atendimento geral da população no Rio Negro, em especial dos povos Hup'däh e Yuhupdëh. Cabe afirmar ainda que o Estado brasileiro mantém práticas etnocidas, inclusive no que tange os benefícios sociais, sob aparente discurso de respeito a diversidade cultural. Portanto, as orientações prestadas aqui partem da premissa da redução de danos, que são fomentados, muitas vezes, pela ação do próprio poder público (a nível municipal, estadual e federal), e da iniciativa privada.
- g) A primeira coluna destaca o órgão responsável pela elaboração e execução da legislação, enquanto a segunda informa o seu conteúdo principal, bem como as principais ações contidas no arcabouço jurídico. A terceira coluna apresenta decretos, portarias, instruções normativas, leis entre outros instrumentos vigentes, que funcionam aquém do prescrito, desconsiderando completamente o contexto indígena. A quarta coluna informa, conforme o caso, sobre os recursos financeiros disponibilizados para as ações governamentais, detalhando onde estão alocados. Por fim, a última

coluna fornece reflexões gerais e específicas sobre a insuficiência das legislações, destacando os seus pontos críticos ou mesmo possibilidade de articulação com outras políticas complementares.

TABELA II. DEFINIÇÃO DE PAPÉIS INSTITUCIONAIS - LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS E RECURSOS FINANCEIROS

1. CADASTRO ÚNICO, CRAS, BOLSA FAMÍLIA

ÓRGÃO	AÇÕES	LEGISLAÇÃO	RECURSOS	ORIENTAÇÕES
CADÚNICO/ BOLSA FAMÍLIA/ASS ISTÊNCIA SOCIAL MDS (governo municipal, estadual e federal)	Gestão, pesquisa monitoramento, coordenação, acompanhamento, supervisão, implantação e execução da política	1. Art. 5 , inciso III e IV, e art. 8º, Decreto nº. 6.135, de 26 de junho de 2007. 2. Art 8, Portaria nº 10, de 30 de janeiro de 2012. 3. Art. 4, 5º e 8º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. 4. Art. 2, 5, 12, 33 §2, §3, 35, inciso II, III, IV, §1º inciso I, e §2º e Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004 5. Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012	IGD-E, IGD-M, Executivo	O CadÚnico e o Bolsa Família municipal estão sem gestor permanente. O governo estadual e federal não oferecem suporte técnico, e nem realizam a supervisão do CadÚnico e do Bolsa Família local, que vem descumprindo legislações do próprio MDS, e repassando informações desatualizadas. Segundo funcionárias do CRAS, o antigo gestor do Bolsa Família estava sacando indevidamente benefícios (o que contraria o Art. 1- C §5º. Embora o MDS (CadÚnico, Bolsa Família e Assistência social) tenham acordos de cooperação firmados com a FUNAI (sede) para qualificação do atendimento aos povos indígenas, o que estimula, entre outros pontos, o fomento do uso do CadÚnico, os acordos não tem dado resultado, e nem garantido melhoria de atendimento aos povos indígenas, em especial no Rio Negro. O MDS construiu ainda em 2014 um modelo de consulta pública, baseado na Convenção 169 da OIT, para ingresso no CadÚnico e no Bolsa Família, além de que coordenou pesquisas de natureza etnográfica em sete territórios indígenas, entre eles no alto Rio Negro, objetivando a avaliação e melhoria do programa, cujos resultados, no entanto, ainda não foram divulgados pela instituição, apesar da conclusão da pesquisa e do modelo de consulta . O MDS possui um fórum de articulação interministerial chamado “Sala de Situação Indígena” que avalia e coordena periodicamente uma série de políticas públicas voltadas aos povos indígenas, que perpassam a esfera de competência do ministério. A FUNAI sede tem assento nesse fórum. Por outro lado, o MDS coordena um Comitê Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com função deliberativa, do qual a FUNAI não faz parte. Ele tem a missão de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização da política, assim como do Cadastro Único, do cumprimento das condicionalidades, de monitoramento e gestão orçamentária e

		<p>6. Portaria 246, de 20 de maio de 2005</p> <p>7. Art. 7º, §3 inciso I,II, III, IV e V Portaria nº 360, de 12 de julho de 2005.</p> <p>8. Portaria nº754, de 20 de outubro de 2010.</p> <p>9. Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993</p>		<p>financeira do programa, da definição das formas de controle social e articulação das políticas sociais de iniciativa dos governo federal, estadual, do Distrito Federal e municipal. Esse comitê se propõe a formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos para o desenvolvimento do Bolsa Família. Ele é presidido pelo/a ministro/a do MDS, e conta com a participação do MEC, MS, MPOG, MF (Ministério da Fazenda), Casa Civil e Caixa Econômica Federal como membros permanentes. O MDS pode convidar a participar das reuniões representantes de órgãos da administração federal, estadual e do Distrito Federal e municipal, de entidades privadas, inclusive organizações não-governamentais, de acordo com a pauta da reunião.</p>
CADÚNICO/ MDS (governo municipal, estadual e federal)	Coleta de dados	<p>1. Art. 3, 4, 5, inciso II e III, Portaria nº 177, de 16 de outubro de 2008</p> <p>2. Art 18 §1 e §2, DDecreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004</p> <p>3. Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012</p>	IGD-E,-IGD-M, Fundo de Assistência Social	<p>A coleta de dados em São Gabriel não leva em consideração a especificidade local. A sede municipal do Bolsa Família e do CadÚnico não dispõem de placa de identificação externa, e nem infraestrutura adequada para atender a população, que permanecem sentados no asfalto, e nos gramados perto da instituição, sem abrigo para o sol ou chuva, nos períodos de férias escolares, esperando obter senha para atendimento, que nunca são suficientes. Não há tradutor em língua indígena, e nem adaptação do local para receber portadores de necessidades especiais. Os postos de coleta itinerante, como Barco Pai, a cargo do governo estadual, oferecem atendimento a população de comunidades distantes de documentação básica e acesso a benefícios, como o Bolsa Família, de forma precária. Ele não tem infraestrutura física e recursos humanos qualificados para atender a demanda dos indígenas em suas comunidades. O CadÚnico não dispõe de diretrizes consistentes em sua legislação, apenas orientações vagas, de como proceder a coleta respeitando a diversidade dos povos, tanto em postos fixos quanto itinerantes. O CadÚnico obedece o critério da autodeclaração étnica, aceitando o RANI, expedido pela</p>

		4. Art. 7º, inciso I,II, III, IV e V Portaria nº 360, de 12 de julho de 2005		FUNAI, como um dos documentos aceitos para a realização do cadastramento das famílias. Esse documento, no entanto, tem servido na prática como uma espécie de “atestado indígena” sendo procurado por não indígenas para entrada em ações afirmativas ou nos benefícios do INSS, indevidamente. Por isso, a FUNAI cessou a expedição do RANI a maiores de 12 anos. A lista de povos indígenas do MDS, que deveria ser atualizado pela FUNAI sede, está desatualizado, e com grafias de povos errados. Isso gera erro na coleta de dados.
MDS (governo municipal)	Encaminhamento aos serviços de registro civil	1.Art. 7, § 1, Portaria nº 177, de 16 de outubro de 2008. 2.Art. 7º, inciso I,II, III, IV e V Portaria nº 360, de 12 de julho de 2005. 3. Art. 2º, inciso x Portaria nº256, de 19 de março de 2010. 4.Portaria nº 251, de 12 de dezembro de 2012.	IGD-E, IGD-M, Fundo de Assistência Social	Há muitos Hup’däh e Yuhupdèh acampados no Beiradão sem registro civil, e com dados desatualizados. Não há equipe volante do CadÚnico ou CRAS fazendo atualização de dados e cadastro no Beiradão. Os indígenas conseguem dificilmente ser atendidos no Bolsa Família em razão da dificuldade em conseguir senha. O CRAS não disponibiliza assistente social para fazer o acompanhamento e a assistência dessas famílias, que são tarefas de sua competência (ver Portaria nº251, de 12 de janeiro de 2012). O CadÚnico, Bolsa Família e CRAS poderiam oferecer carros para o deslocamento dos indígenas para fazer o registro civil, o que facilitaria a obtenção de documentação básica. A equipe do DSEI não está subindo em área indígena, os dados de mortes e nascimentos entre os indígenas Hup’däh e Yuhupdèh estão subnotificados. Essa ausência de dados também dificulta a atualização cadastral das famílias, e por conseguinte, pode ocasionar a suspensão, bloqueio ou cancelamento do benefício.
MDS (Governo federal)	Cadastramento diferenciado e prioridade no Bolsa Família	1.Art 24, Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011. 2. Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012.	IGD-E, IGD-M, Fundo de Assistência Social	As famílias indígenas tem entrada prioritária no Bolsa Família (ver Art. 7º e 8º da Portaria nº 341, de 07 de outubro de 2007), fora isso, eles não usufruem de nenhuma logística diferenciada na operacionalização do programa (pagamento, condicionalidades, IGD, etc). Os indígenas deveriam, de acordo com o artigo, ser alvo de ações de cadastramento no CadÚnico que levassem em consideração suas características socioculturais. E ainda, o MDS dispõe de um guia de cadastramento de povos indígenas e um vídeo (que estão desatualizado) e instrução operacional (Instrução operacional nº18, de 20 de dezembro de 2012), para fins de

		<p>3. Art. 7º, §3 inciso I,II, III, IV e V Portaria nº 360, de 12 de julho de 2005.</p> <p>4.Portaria nº341, de 07 de outubro de 2007.</p>		<p>cadastro no CadÚnico, para realizar a Busca Ativa de famílias de baixa renda, que menciona o cadastramento diferenciado. Esses instrumentos são vagos, não colocando diretrizes claras de como atuar com populações indígenas dentro e fora dos seus territórios tradicionais. O cadastramento diferenciado, desconsidera a organização <i>territorial</i> e <i>ambiental</i> (etnomapeamento e etnozoneamento) dos grupos indígenas, que são fundamentais a sua organização sociocultural e econômica. A Portaria nº754, de 20 de outubro de 2010, coloca no art. 2º, no inciso IV, que o IGD municipal pode ser gasto, entre outros pontos, com a implementação de programas complementares ao Bolsa Família, consideradas como ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias do programa, como o desenvolvimento <i>comunitário</i> e <i>territorial</i>.A pauta ambiental e territorial tem que ser acrescidos a legislação sobre o cadastramento diferenciado, e os benefício, se possível, subordinado a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas- PNGATI (Decreto nº7.747, de 05 de junho de 2012). O art. 6, inciso VII, §1º da lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993, sobre a organização da assistência social, coloca que as ações no âmbito do SUAS tem como base de organização o território. Os artigos 25 e 26 da Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993, menciona o incentivo a projetos de enfrentamento de pobreza articulados entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil, que garantam capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, e preservação do meio-ambiente e sua organização social. A TI alto Rio Negro está em área de fronteira com Venezuela e Colômbia. O MDS não tem legislação para tratar de povos indígenas transfronteiriços.</p>
MDS (Governo federal)	Capacitação dos gestores, qualificação das informações e garantia de infraestrutura e recursos humanos.	1. Art. 25, inciso I, II, IV, V, VII, VIII, IX, XII, art 26. Inciso II, III, IV, V, VI, art 27. I, II, III e IV, Portaria nº177, de 16 de junho de 2011.	IGD-E, IGD-M, Fundo de Assistência Social	O MDS está discutindo uma nova versão do sistema operacional do Cadastro Único, e mudanças no preenchimento dos formulários de entrevista. O preenchimento do campo de endereço de povos indígenas que residem em áreas distantes é falho, além de que a métrica de renda empregada é enviesada ao universo do trabalho monetarizado. No formulário principal, no campo 8.03, é perguntado se a família desenvolveu atividade na “agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal)”. Não é levantado ainda se praticam a caça, o que é fundamental para os

		<p>2.Art. 05 Instrução normativa n 002, de 26 de agosto de 2011.</p> <p>3.Art 12, 13, e 14 Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.</p> <p>4. Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012.</p> <p>5. Portaria 246, de 20 de maio de 2005.</p> <p>6. Art. 7º, inciso I,II, III, IV e V Portaria nº 360, de 12 de julho de 2005.</p> <p>7. Portaria nº256, de 19 de março de 2010.</p> <p>8. Portaria nº754, de 20 de outubro de 2010.</p>		<p>Hup'däh e Yuhupdëh. Esse campo (8.03), além de não ser obrigatório, tem tido pouco rendimento para o desenvolvimento e fortalecimento de políticas que considerem práticas econômicas que são essenciais a dieta alimentar, cerimonial e religiosa dos povos ameríndios amazônicos e que independem muitas vezes de recurso financeiro. Outros campos do formulário principal como o de escolaridade, domicílio, escoamento sanitário (banheiro) tem que ser contextualizados de acordo com os povos indígenas e seus modos de produção local. O que é indicador de pobreza num contexto urbano (monetarizado), pode não ser no contexto dos povos indígenas. O MDS, a nível federal, tem um setor de capacitação de gestores do CadÚnico e Bolsa Família. Essa capacitação fornece poucos subsídios para o atendimento concreto dos povos indígenas. Os canais de atendimento do MDS, como o telefone 0-800, ou e-mail, são em português e requerem, no primeiro caso, aparelhos telefônicos, e no segundo, internet e computadores, que os indígenas Hup'däh e Yuhupdëh não dispõem facilmente. As atendentes do Bolsa Família, CadÚnico e CRAS a nível municipal tem que se passar pelos indígenas que tem dificuldade de português, para solicitar o cancelamento do cartão do Bolsa Família, ou mesmo solicitar informações. O Bolsa Família e CadÚnico municipal tem problemas de conectividade (internet), o que requer uma articulação com o governo federal, e também de recursos humanos. O governo estadual e federal podem ceder temporariamente técnicos da assistência social (ver art. 12, inciso III, art.13 inciso III, e art. 15, inciso VI, lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993), CadÚnico e Bolsa Família a gestão municipal, para o bom funcionamento do programa, que não dá conta de atender a população adequadamente, principalmente nos meses de férias escolares. A Secretaria de Assistência Social (SEMAS), que coordena localmente o CRAS, o Bolsa Família, e o CadÚnico, não conta com apoio estadual nem federal para fomentar o acesso a documentação civil, muito menos o registro civil de nascimento, conforme a legislação do MDS enfatiza. A gestão do Bolsa Família local não está fazendo o cadastro de pessoas sem documentação civil, não cumprindo o artigo 5, da instrução normativa 002, de 26 de agosto de 2011.</p>
--	--	--	--	---

		9. Art 6º E, art. 27 §3 Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993		
MDS/Bolsa Família	Valor do benefício	1.Art. 19, Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 2. Art. 2º, §6º, Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004 3.Portaria nº555, de 11 de novembro de 2005	Poder Executivo	O MDS coloca que os valores dos benefícios, bem como os valores para caracterização de pobreza ou extrema pobreza, poderão ser majorados pelo Poder Executivo, em razão da situação econômica do país, ou de estudos técnicos. Na estrutura atual do programa, o valor do benefício mal custeia o deslocamento dos indígenas Hup'däh e Yuhupdëh de suas comunidades até São Gabriel da Cachoeira, e sua permanência na cidade. Com o decreto do estado de emergência em São Gabriel, em razão da baixa do rio, os preços dos alimentos e insumos aumentaram significativamente. As debilidades na operacionalização do Programa Bolsa Família em São Gabriel da Cachoeira, bem como a própria legislação da política, tem colaborado a promover a insegurança alimentar dos indígenas Hup'däh e Yuhupdëh, o que vai contra os objetivos básicos do programa (ver lei, nº10.836, de 09 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, Portaria nº251, de 12 de janeiro de 2012). As características ambientais e geográficas da região justificam o aumento do valor dos benefícios, especialmente para os povos que residem em áreas distantes, como é o caso dos Hup'däh e Yuhupdëh.
MDS/Bolsa Família	Pagamento do benefício	1.Art. 2 § 4 e § 12, art. 12 Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. 2.Art.3, art 12 §1, inciso III e §2, art. 16, inciso III e § 3º, art. 17, inciso III, art. 22, 23, 23-A §1 e § 2º, 24, 26, 26-A, 26-B, 26-C Decreto nº5.209, de	Caixa Econômica Federal	Os indígenas Hup'däh e Yuhupdëh não tem conhecimento sobre os valores do benefício, bem como a população em geral, não entendendo a dinâmica de pagamento do Bolsa Família. Os beneficiários do Bolsa Família, que ingressaram pela primeira vez no programa, tem até 180 dias para habilitar a senha na Caixa Econômica ou outra instituição credenciada, e sacar o benefício (ver Portaria nº555, art. 3º, especialmente inciso IV §4º e §5º. Muitas vezes os indígenas Hup'däh e Yuhupdëh não são informados sobre isso, ocasionando o cancelamento do benefício (ver Portaria nº 555, art. 6º, inciso II alínea "d" e §3º, e incisos XII e XIII). No artigo 3º, §3, do mesmo decreto, informa que o MDS pode autorizar a liberação de parcelas enquanto a família beneficiária não cadastrar a senha para saque (prazo de 180 dias), no entanto, isso não vem sendo cumprido em São Gabriel da Cachoeira.

		<p>17 de setembro de 2004</p> <p>3. Portaria 246, de 20 de maio de 2005.</p> <p>4. Portaria nº555, de 11 de novembro de 2005.</p> <p>5. Portaria nº341, de 07 de dezembro de 2008</p> <p>6. Portaria nº 617, de 11 de agosto de 2011</p>	<p>Esse último prazo, que provoca o cancelamento do benefício, tem que ser estendido preferencialmente para um mínimo de um ano, ou mais, para que os indígenas que vivem em comunidades distantes, a exemplo dos Hup'däh e Yuhupdëh não sejam prejudicados. O cartão do Bolsa Família e aqueles do programa com conta da Caixa Econômica, permitem acumular as parcelas do programa por períodos de tempo diferentes, conforme a sua cor (amarelo, durante 3 meses, ou azul, durante 6 meses). A Caixa Econômica Federal tem a função de agente pagador do Bolsa Família, no entanto, após o fechamento da lotérica em São Gabriel da Cachoeira, que era conveniada com a agência, os indígenas não estão conseguindo abrir conta da Caixa no Quirino e nem fazer senha do cartão de pagamento. O Quirino não tem infraestrutura física e nem técnica para efetuar o pagamento do Bolsa Família. Pagamentos atrasados não estão sendo efetuados no local, e o calendário de pagamento do Bolsa não está sendo plenamente divulgado e seguido corretamente, já que costuma faltar montante financeiro para pagar a população. Os indígenas não conseguem abrir conta popupança no Bradesco, apesar das recomendações do MDS (ver art 26-A e 26-B, do Decreto nº5.209, de 17 de setembro de 2004), e dos funcionários do INSS que solicitaram ao gerente do banco essa modalidade de conta, para os indígenas, por não terem que pagar taxas bancárias e em razão de empréstimos suspeitos. Há muitos indígenas Hup'däh e Yuhupdëh com dívidas muito altas, contraídas em bancos. Os indígenas Hup'däh e Yuhupdëh tem bastante dificuldade em localizar os cartões do benefício, que é de competência da Caixa Econômica (ver Portaria nº555, de 11 de novembro de 2005, art. 1º A, inciso III e §5) emitidos após sua inclusão no programa. Os cartões chegam ao correio de São Gabriel, de Irauretê, ou mesmo a sede do Bolsa Família, de forma descoordenada, e sem que os indígenas sejam informados adequadamente sobre a sua localização (O município recebe incentivo financeiro do MDS para entrega dos cartões ver Art. 4º e § 4º Portaria nº754, de 20 de outubro de 2010). No artigo 3º, inciso 4, da Portaria nº155, de 11 de novembro de 2011, coloca que o beneficiário será notificado, por meio de envio de correspondência, encaminhado ao endereço cadastrado no CadÚnico, sobre a concessão do benefício ou bloqueio (sobre isso ver Art. 3º,§3, inciso II, Portaria nº617, de 11 de agosto de 2010), ou por outra sistemática</p>
--	--	--	--

			<p>eventualmente autorizada pelo MDS. Além disso, as famílias beneficiárias do Bolsa Família passam por um processo de revisão cadastral, devendo se apresentar ao município, quando convocados, sob pena de bloqueio do benefício e posterior cancelamento (ver art 4º e 5º, Portaria nº617, de 11 de agosto de 2011). Os indígenas Hup'däh e Yuhupdëh habitam em áreas de difícil acesso, nos interflúvios dos rios Tiquiê e Papuri, os prazos para revisão cadastral, e mesmo cancelamento do benefício tem que ser estendidos para populações nessas condições. O MDS tem que oferecer uma logística diferenciada de entrega de cartões e prazos diferenciados para esses povos, já que o modelo atual os desfavorece e vulnerabiliza. Segundo informação do CRAS, a juíza da comarca de São Gabriel proibiu o saque do benefício sem apresentação de documento de identificação. Isso não está sendo seguido no Quirino. Por outro lado, há casos de indígenas beneficiários do programa que não puderem vir a São Gabriel da Cachoeira, permanecendo em suas comunidades, deixando com parentes os documentos, a senha e o cartão para efetuar-lo. Eles estão impedidos de sacar o benefício em nome da titular, o que viola o artigo 23-A §2, do Decreto nº5.209, de 17 de setembro de 2004. Segundo o Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004, no art 24 §1, o MDS pode ampliar o prazo para efetivação do saque, em municípios com acesso precário a rede bancária. No caso dos Hup'däh e Yuhupdëh o ideal é ampliar o prazo para um ano, em razão da distância que percorrem, e da estrutura bancária deficitária. O artigo 26, do mesmo decreto, coloca que os serviços financeiros ofertados pela Caixa ou outras instituições tem que ser adequados ao perfil dos beneficiários, contribuindo para sua emancipação econômico-financeira, que deve ser garantido ainda acesso a informações adequadas e claras sobre os serviços (taxas de juros, prazos, custos, riscos), evitando constrangimentos e abusos na comercialização de serviços financeiros, que decorram de sua vulnerabilidade socio-econômica. É colocado também a promoção de ações de educação financeira das famílias sobre a utilização dos serviços financeiros (ver artigo 25, inciso V, e artigo 26-C, Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004).</p>
--	--	--	---

MDS/Bolsa Família	Condicionalidades	<p>1. Art. 3, Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004</p> <p>2. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004</p> <p>3. Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012</p> <p>3. Portaria 246, de 20 de maio de 2005</p> <p>4. Portaria nº555, de 11 de novembro de 2005.</p> <p>4. Portaria nº256, de 19 de março de 2010.</p> <p>5. Portaria nº754, de 20 de outubro de 2010.</p> <p>6. Portaria nº251, de 12 de dezembro de 2012.</p>	IGD-E, IGD-M, Fundo de Assistência Social	<p>O Bolsa Família é um programa condicionado ao acompanhamento nas áreas de saúde e educação. A equipe de saúde do DSEI não está notificando regularmente os nascimentos, mortes e nem fazendo vacinação das crianças ameríndias que vivem em comunidades indígenas, muito menos aquelas distantes da sede do município. As equipes do CRAS, CadÚnico e Bolsa Família não estão atendendo os indígenas no Beiradão. O acompanhamento da condicionalidade na área de saúde é semestral (ver Portaria MS/MDS nº251, de 12 de dezembro de 2012) e a de educação é bimestral (ver Art. 3º Portaria MEC/MDS nº3.789, de 17 de novembro de 2004), ambas as portarias desconsideram legislações diferenciadas para os povos indígenas. O MDS exige que crianças e adolescentes de 06 a 15 anos tenham frequência escolar mensal de 85%, e jovens de 16 a 17 anos, cujas famílias recebam o Benefício Variável vinculado ao Adolescente – BVJ, tenham frequência mínima de 75%, já que nessa faixa etária já podem trabalhar legalmente como aprendizes. Embora no formulário principal do CadÚnico conste no bloco de “trabalho”, no campo 8.03, se a família exerceu trabalho na “agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal)”, essas atividades produtivas, principalmente a pesca e a coleta de frutos, que são importantes para a economia dos Hup’däh e Yuhupdëh, não servem de justificativa para um menor frequência escolar. Ainda assim, o MDS coloca no art. 16, da Portaria nº251, de 12 de dezembro de 2012, que o MDS pode considerar as particularidades dos grupos populacionais tradicionais e específicos (o que inclui os indígenas), na aplicação das normas e procedimentos de gestão de condicionalidades do Bolsa Família, até que seja publicada regulamentação específica. É impossível fazer o acompanhamento dos indígenas Hup’däh e Yuhupdëh, dentro dos prazos estipulados pelo MDS. A Portaria nº555, no art. 6º, inciso VIII, alínea “b”, coloca que o descumprimento das condicionalidades podem acarretar, por exemplo, no bloqueio do benefício. Os prazos de condicionalidades na área de saúde e educação tem que ser estendidos para o mínimo de um ano, ou se for o caso por um período ainda maior, para que os indígenas que residam distantes da cidade de São Gabriel não sofram, porventura, com a falta de notificação na área de saúde e educação (conforme prevê art. 28 §5, Decreto nº5.209, de 17 de setembro de 2004, que fala que o benefício não será suspenso</p>
-------------------	-------------------	--	---	--

		<p>7.Portaria MEC/MDS nº3.789, de 17 de novembro de 2004.</p> <p>8. Portaria MS/MDS nº2.509, de 18 de novembro de 2004.</p>		<p>nem cancelado e Art. 8º Portaria nº251, de 12 de dezembro de 2012). As informações sobre os benefícios bloqueados há mais de um mês, assim como o dos cancelados, ficam disponíveis em relatório específico do Sistema de Gestão de Benefícios (SIGPBF), com acesso permitido ao coordenador estadual, instância de controle social (ICS), órgãos de controle interno e externo do Governo Federal, e funcionários da Caixa. A Portaria nº555, no art 6º, §10, coloca que o bloqueio será informado no extrato de pagamento, por correio, ou outra medida autorizada pelo MDS. Os indígenas Hup'däh e Yuhupdhëh tem dificuldade com português, de modo que os extratos bancários são de pouca valia. As letras do extrato se apagam rapidamente. O correio não entrega correspondência onde eles vivem. Nesse mesmo decreto informa que a ausência de saque do benefício em 6 parcelas consecutivas (6 meses) provoca o seu cancelamento (ver art 8º, inciso XII e art. 15 §3º). Muitas vezes, os dados das condicionalidades dos indígenas são maquiados pelos gestores do benefício (ver os dados de São Gabriel da Cachoeira no site do MDS http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php). Em São Gabriel da Cachoeira, os dados de condicionalidade falseiam a realidade, já que existe um número considerável de indígenas vivendo em seus territórios, que são, em sua maioria, de difícil acesso, seja por questões geográficas (cachoeiras, pedras, igarapés, etc) ou mesmo sazonais (a seca ou cheia do rio), de modo que não é possível alcançar os territórios indígenas em qualquer época do ano, e obter os dados que o MDS exige, por uma série de dificuldades de ordem logística, de planejamento.</p>
MDS/Bolsa Família	Gestão Descentralizada	<p>1.Art. 8, 9, 11, 11-A, 11-B, 11-C, 11-D, 11-E, 11-F, 11-G, 11-H, 11-I, 11-J Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004.</p> <p>2. Art.29, 30, 31, 32, Decreto nº5.209, de</p>	ID-E, IGD-M, Fundo de Assistência Social	<p>O índice de gestão descentralizada (IG-D) é um apoio financeiro transferido pelo MDS para ações de gestão do programa Bolsa Família em âmbito estadual, distrital e municipal para a boa gestão dos benefícios, condicionalidades, e articulação intersetorial. Ele não pode passar de 3% da previsão orçamentária total do pagamento do Bolsa Família, sendo que é o Poder Executivo que fixa os limites de transferência para cada ente federado. Nesse último caso (esfera municipal), o recurso fica a cargo do Fundo de Assistência Social , sob gestão da Prefeitura (sobre o critério para repasse e suspensão do recurso aos municípios ver Art.5º, e 6ºda Portaria nº754, de 20 de outubro de 2010). O IGD é pago para contribuir na</p>

		<p>17 de setembro de 2004.</p> <p>3. Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012.</p> <p>4. Portaria 246, de 20 de maio de 2005.</p> <p>5. Portaria nº 360, de 12 de julho de 2005.</p> <p>6. Portaria nº555, de 11 de novembro de 2005.</p> <p>7. Portaria nº256, de 19 de março de 2010.</p> <p>8. Portaria nº754, de 20 de outubro de 2010.</p> <p>9. Art 12 A, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993</p>	<p>obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa. No entanto, os dados qualitativos permanecem em segundo plano em detrimento dos dados quantitativos. O IGD é calculado levando em consideração, principalmente, a inclusão e a atualização cadastral das famílias de baixa renda (6 reais por cadastros válidos no sistema, 2,50 por família incluída na folha de pagamento do programa). E ainda, é considerado para o cálculo do mesmo, a taxa de frequência escolar, a taxa de acompanhamento de agenda da Saúde, e o número de famílias pobres e extramamente pobres fornecidos pelo IBGE e PNAD (sobre isso ver Art. 12, Portaria nº 754, de 20 de outubro de 2010). Os gastos do IGD tem que ser monitorados e aprovados nas instâncias de controle social (ICS) (sobre isso ver Art.22, Portaria nº555, de 11 de novembro de 2005, art. 1º, 1§ e 2§, art. 7º e 8º da Portaria nº 754, de 20 de outubro de 2010), subordinados ao Conselho Municipal de Assistência Social, bem como a prestação de conta do recurso aprovada e tornada pública (ver art. 3º, inciso III e IV, Portaria nº 754, de 20 de outubro de 2010). A Instância de Controle Social (ICS) recebe 3% dos recursos transferidos para o financiamento de atividades de apoio técnico e operacional do controle social envolvido com o Bolsa Família (Art. 11, da Portaria nº 754, de 20 de outubro de 2010). De acordo com art 2º, §6, da Portaria nº360, de 12 de julho de 2005, os municípios e Estados podem acessar o volume de cadastro a serem remunerados, aos valores estimados de recursos a serem transferidos e ao número de suas respectivas operações de atualização, complementação e inclusão de cadastros no site www.ands.cav.br. O recurso do IGD, bem como o total de famílias indígenas cadastradas no CadÚnico, beneficiárias do PBF, o montante total de recursos disponibilizados ao estados e municípios, além de outros dados do MDS, está disponível no site da instituição, no seguinte link: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php Nesse link é possível ver dados de São Gabriel da Cachoeira, basta clicar em Amazonas, depois selecionar o município. A Portaria nº754, de 20 de outubro de 2010, coloca no art. 2º, no inciso IV, que o IGD municipal pode ser gasto, entre outros pontos, com a implementação de programas complementares ao Bolsa Família, consideradas como ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias do</p>
--	--	---	---

				programa, como o desenvolvimento comunitário e territorial. Esse ponto é fundamental para ações junto aos Hup'däh e Yuhupdëh.
MDS/Bolsa Família	Acesso a serviços e segurança alimentar	<p>1. Art. 4, Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004</p> <p>2. Art 12, §1, inciso I e II, art. 27, Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.</p> <p>3. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993</p>	IGD-E, IGD-M, Fundo de Assistência Social	Os serviços de saúde, educação e assistência social são precários em São Gabriel, não garantindo cidadania aos indígenas Hup'däh e Yuhupdëh. Esses povos vem enfrentando esse ano situação grave de fome e insegurança alimentar, principalmente em razão de debilidades institucionais na política. Muitos indígenas estão com cartão do Bolsa Família, mas não conseguem sacar o benefício por que não tem senha. O Quirino não tem habilitação da Caixa Econômica para fazê-lo.
MDS/Bolsa Família	Cofinanciamento de gestão, serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social	<p>1. Decreto nº 7.788, de 15 de agosto de 2012.</p> <p>2. Portaria 246, de 20 de maio de 2005.</p> <p>3. Art 6º e 7º § 3º, Portaria nº 360, de 12 de julho de 2005</p> <p>4. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993</p>	Fundo de Assistência Social	O Fundo de Assistência Social (FNAS) é gerido pelo MDS, enquanto órgão coordenador da Política Nacional de Assistência Social, e acompanhamento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Os recursos se destinam ao cofinanciamento dos serviços de caráter continuado e de programas e projetos de assistência social, custeio de ações e ao investimento em equipamentos públicos da rede socioassistencial dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Segundo o art. 18, inciso IX, da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, compete ao Conselho Nacional de Assistência Social, entidade que conta com representantes governamentais, dos Estados, dos Municípios, da sociedade civil, de entidades e organizações da sociedade civil, "aprovar critérios de transferência de recursos para os Estados, Municípios e Distrito Federal. Considerando, para tanto, indicadores que informem sua regionalização mais equitativa, tais como: população, renda per capita, mortalidade infantil e concentração de renda, além de disciplinar os procedimentos de repasse de recursos para as entidades e organizações de assistência social, sem prejuízo das disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias", bem como no art. 16, inciso XIV, "divulgar, no Diário Oficial da União, todas as suas

				decisões, bem como as contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e os respectivos pareceres emitidos.”
--	--	--	--	---

2. CORREIOS

ÓRGÃO	AÇÕES	LEGISLAÇÕES	RECURSOS	ORIENTAÇÕES
Correio municipal	Emissão de CPF	Convênio firmado entre a Secretaria da Receita Federal e a Empresa de Correios e Telégrafos regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.548 de 13 de Fevereiro de 2015.		A Agência dos Correios em São Gabriel da Cachoeira recolhe a taxa para emissão do CPF, mas não entrega o cartão para o contribuinte, desobedecendo Convênio firmado entre a Secretaria da Receita Federal e a Empresa de Correios e Telégrafos regulamentado pela Instrução Normativa nº 1.548 de 13 de Fevereiro de 2015.

3. RECEITA FEDERAL

ÓRGÃO	AÇÕES	LEGISLAÇÕES	RECURSOS	ORIENTAÇÕES
Receita Federal	Emissão gratuita de CPF	Ação Civil Pública Lei 6015/1973 Art. 30 (Anexo de decisões favoráveis) Ação Civil Pública:		Jurisprudência favorável ao CPF gratuito: 1) Decisão favorável do Tribunal Regional Federal de São Paulo provocada por Ação Civil Pública de nº 0020397-11.2011.403.6100 2) Decisão favorável transitada em julgado referente a Ação Civil Pública 2001.72.00.003230-9 com edição da Instrução Normativa RFB 1.425 de 14 de Agosto de 2014 garantindo a emissão gratuita do CPF aos

		<p>1.2001.72.00.003230-9, de Santa Catarina</p> <p>2. 0020397-11.2011.403.6100 de São Paulo. Ação Civil Pública movida pelo MPF-SP com decisão favorável</p>		Hipossuficientes nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.
--	--	--	--	---

4. BANCOS

ÓRGÃO	AÇÕES	LEGISLAÇÕES	RECURSOS	ORIENTAÇÕES
BANCO DO BRASIL E BRADESCO		Artigo 1º, resolução nº2878, 26 de julho de 2011 (Banco Central).		Segundo essa legislação, as instituições financeiras, na contratação de operações e na prestação de serviços a clientes, devem zelar pela “transparência nas relações contratuais, preservando os clientes e o público usuário de práticas não equitativas, mediante prévio e integral conhecimento das cláusulas contratuais, evidenciando-se, inclusive, os dispositivos que imputem responsabilidades e penalidades” (26 de julho de 2001).
		Artigo 3º, Resolução nº 2878, de 26 de julho de 2011 (Banco Central)		Os bancos não informam sobre os serviços que devem ser prestados de forma gratuita. Descomprometendo-se com a “efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, causados a seus clientes e usuários” (Resolução 2878, BCB, 2011).

5. MINISTÉRIO DA SAÚDE

ORGÃO	AÇÕES	LEGISLAÇÕES	RECURSOS	ORIENTAÇÕES
MS	<p>Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena</p>	<p>Lei 9.836 de 23 de setembro de 1999 - Lei Arouca</p> <p>Art.19-A. As ações e serviços de saúde voltados para o atendimento das populações indígenas, em todo o território nacional, coletiva ou individualmente, obedecerão ao disposto nesta Lei.</p> <p>Art.19-F. Dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, que se deve pautar por uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de gestão: O DSEI/ARN não conseguiu desenvolver a autonomia de gestão por não manter por exemplo, os contratos em dia para executar as ações de saúde - Modelo assistencial: O DSEI/ARN não conseguiu executar suas ações de saúde voltadas à realidade local e as especificidades dos diversos povos indígenas da região. O predomínio de abordagem discriminatória por grande parte das equipes em relação a cultura e tradições dos povos incluindo-se alimentos, medicina tradicional, valores e crenças -Saneamento básico e edificação: Não houve nenhum projeto na área de saneamento básico neste período de implantação do sub sistema de saúde indígena - Segurança alimentar: O trabalho de nutrição existente desvaloriza os alimentos regionais valorizando a introdução da alimentação ocidental como a melhor opção - a referencia e contra referencia é feita de forma inadequada sem acolhimento e devido acompanhamento dos casos, sendo valorizado apenas a lógica não indígena - Controle Social: O CONDISI não desempenha bem o controle social pactuando com a inadequação da gestão do DSEI e violando os direitos indígenas

		<p>de assistência à saúde, saneamento básico, nutrição, habitação, meio ambiente, demarcação de terras, educação sanitária e integração institucional.</p> <p>§1º O Subsistema de que trata o <i>caput</i> deste artigo terá como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas.</p> <p>§2º O SUS servirá de retaguarda e referência ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, devendo, para isso, ocorrer adaptações na estrutura e organização do SUS nas regiões onde residem as populações indígenas, para propiciar essa integração e o atendimento necessário em todos os níveis, sem discriminações.</p> <p>§3º As populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de</p>	
--	--	--	--

		<p>centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo a atenção primária, secundária e terciária à saúde.</p> <p>Art.19-H. As populações indígenas terão direito a participar dos organismos colegiados de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas de saúde, tais como o Conselho Nacional de Saúde e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde, quando for o caso."</p>		
SESAI	Lei sobre a criação da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI), retirando da FUNASA responsabilidade	<p>DECRETO Nº 7.336, DE 19 DE OUTUBRO DE 2010</p> <p>Art 42. À Secretaria Especial de Saúde Indígena compete:</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Adequar as políticas de saúde do MS às demandas da política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas respeitando as especificidades de cada povo da região - Compromisso político com a política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas - Possibilitar que o DSEI garanta capacitação com as EMSI e da CASAI na atenção à saúde diferenciada com suporte antropológico

	<p>com a saúde dos povos indígenas</p>	<p>I - coordenar a implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas mediante gestão democrática e participativa</p> <p>II - coordenar o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena para a proteção, a promoção e a recuperação da saúde dos povos indígenas;</p> <p>III - orientar o desenvolvimento das ações de atenção integral à saúde indígena e de educação em saúde segundo as peculiaridades, o perfil epidemiológico e a</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir EMSI específica para os povos de recente contato com equipe qualificada e capacitada, incluindo antropólogo, assistente social, psicólogo e agente de saúde além de médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e outros - Garantir o monitoramento e as condições para o cumprimento do plano distrital - Fornecer suporte técnico efetivo de assessoria para desenvolver a autonomia do DSEI enquanto unidade gestora, garantindo resolução nos processos licitatórios e convênios, contratos de fornecedores, pagamento de pessoal e outros - Fornecer suporte técnico operacional ao SESANI para que consigam realizar obras de saneamento e abastecimento de água nas comunidades e edificação das estruturas físicas da CASAI e polos bases.
--	--	--	--

		<p>condição sanitária de cada Distrito Sanitário Especial Indígena, em consonância com as políticas e programas do Sistema Único de Saúde;</p> <p>IV - coordenar e avaliar as ações de atenção à saúde no âmbito do Subsistema de Saúde Indígena;</p> <p>V - promover a articulação e a integração com os setores governamentais e não governamentais que possuam interface com a atenção à saúde indígena;</p> <p>VI - promover o fortalecimento e apoiar o exercício do controle social no Subsistema de</p>		
--	--	--	--	--

		<p>Atenção à Saúde Indígena, por meio de suas unidades organizacionais;</p> <p>VII - identificar, organizar e disseminar conhecimentos referentes à saúde indígena; e</p> <p>VIII - estabelecer diretrizes e critérios para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de saneamento ambiental e de edificações nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.</p> <p>Art. 43. Ao Departamento de Gestão</p>		
--	--	--	--	--

		<p>da Saúde Indígena compete:</p> <p>I - garantir as condições necessárias à gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena;</p> <p>II - promover o fortalecimento da gestão nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas;</p> <p>III - propor mecanismos para organização gerencial e operacional da atenção à saúde indígena;</p> <p>IV - programar a aquisição e a distribuição de insumos, em articulação com as unidades competentes;</p> <p>V - coordenar as atividades relacionadas à</p>		
--	--	--	--	--

		<p>análise e à disponibilização de informações de saúde indígena; e</p> <p>VI - promover e apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em saúde indígena.</p> <p>Art. 44. Ao Departamento de Atenção à Saúde Indígena compete:</p> <p>I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de atenção integral à saúde dos povos indígenas;</p> <p>II - orientar e apoiar a implementação de programas de atenção à saúde para a população</p>		
--	--	---	--	--

		<p>indígena, segundo diretrizes do SUS;</p> <p>III - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de educação em saúde nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas;</p> <p>IV - coordenar a elaboração de normas e diretrizes para a operacionalização das ações de atenção à saúde nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas;</p> <p>V - prestar assessoria técnica às equipes dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas no desenvolvimento das</p>		
--	--	--	--	--

		<p>ações de atenção à saúde;</p> <p>VI - apoiar a elaboração dos Planos Distritais de Saúde Indígena; e</p> <p>VII - coordenar as ações de edificações e saneamento ambiental no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas.</p> <p>Art. 45. Aos Distritos Sanitários Especiais Indígenas compete coordenar, supervisionar e executar as atividades do Subsistema de Saúde Indígena do SUS, criado pela Lei nº 9.836, de 23 de setembro de 1999, nas respectivas áreas de atuação.</p>		
--	--	---	--	--

DSEI		<p>Portaria MS nº 70 de 20/01/04 DIRETRIZES DO MODELO DE GESTÃO DA SAÚDE INDÍGENA</p> <p>Art. 6º Ao Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI), compete:</p> <p>I - Planejar, coordenar, e executar as ações integrais de saúde na área de abrangência do distrito sanitário especial indígena;</p> <p>II - Executar o fluxo de referência e contra referência de pacientes no distrito sanitário a serviços de média e alta complexidade;</p> <p>III - Acompanhar e avaliar todas as ações de saúde</p>		<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar equipes para desenvolver ações voltadas às especificidades étnicas e culturais e os direitos sociais com antropólogos - contratação e antropólogos - Apresentar, discutir, analisar e avaliar em equipe multidisciplinar, os principais problemas de saúde que apresentam as distintas áreas de trabalho para ter um melhor conhecimento das ações a serem executadas - elaborar um diagnostico de saúde atualizado, por comunidade, sobre os principais problemas de saúde que se apresentam durante as etapas de desenvolvimento do trabalho. - Desenvolver a multidisciplinaridade nas equipes de saúde no processo de elaboração de diagnostico, planejamento e execução. das ações de saúde - Garantir a articulação das equipes que participam deste fluxo, mantendo o padrão de humanização e acolhimento bem como a contra referencia as equipes que referenciou

		<p>desenvolvidas em sua área de abrangência com base em indicadores de saúde e desempenho;</p> <p>IV - Avaliar e controlar a qualidade da assistência prestada em seu território de abrangência</p> <p>V - Alimentar os sistemas de informação da saúde indígena e consolidar as informações epidemiológicas e de saúde referentes à sua área de abrangência</p> <p>VI - Propor e executar programas e ações emergenciais, fundamentados em dados epidemiológicos</p> <p>VII - Assegurar as condições para a implantação e implementação do</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o acolhimento, atendimento humanizado e ações respeitando a diversidade étnica e cultural e direitos sociais pela equipe da CASAI - Garantir a obra de reforma da CASAI com instalações adequadas e salubres - Pactuar com as equipes do HGU, DSEI e CASAI a discussão e encaminhamento dos casos com a participação dos pacientes e seus familiares - Implementar discussões clínico patológicos de causa óbito e casos clínicos pelas EMSI do DSEI, da CASAI e do HGU <p>Melhorar os indicadores a partir das estradas regulares das EMSI em área</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir as reuniões de matriciamento das EMSI estabelecendo um fluxo de continuidade no acompanhamento dos agravos bem como nas ações de promoção e prevenção em saúde - Socializar os indicadores como perspectiva de realizar o planejamento das ações melhorar as metas pelas EMSI - Repassar as notificações epidemiológicas para a prefeitura
--	--	---	---

		<p>Conselho locais de saúde indígena;</p> <p>VIII - Articular as práticas de Saúde Indígena com a medicina tradicional, respeitando as características culturais indígenas</p> <p>IX - Executar em conjunto com o Setor de Engenharia e Saúde Pública o</p> <p>Saneamento e a Vigilância Ambiental</p> <p>X - Executar em conjunto com Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde as ações de educação em saúde</p> <p>XI - Fortalecer o controle social por intermédio dos Conselhos Locais e</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilizar o cadastro de família á outras instituições locais de interesse - executar ações de controle de risco relacionados a doenças transmissíveis e não transmissíveis - Garantir recurso próprio para o exercício do controle social sem prejuízo das ações de saúde pelas EMSI em qualquer situação - Realizar processo seletivo de profissionais em todas as áreas para trabalhar na saúde indígena, com entrevista e avaliação de currículo e preenchimento de questionário sobre as perspectivas de trabalho na area
--	--	---	---

		<p>Distrital de Saúde Indígena;</p> <p>XII - O chefe do DSEI é a autoridade sanitária responsável pela saúde na área de abrangência do Distrito;</p>		
CONDISI	<p><i>Dispõe sobre a organização do controle social no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.</i></p>	<p>PORTARIA Nº 755, DE 18 DE ABRIL DE 2012</p> <p>Art. 3º Os Conselhos Locais de Saúde Indígena, órgãos colegiados de caráter permanente e consultivo, serão constituídos no âmbito de cada Distrito Sanitário Especial Indígena e compostos por representantes eleitos pelas respectivas comunidades para o exercício das seguintes competências:</p>		<p>- o atual CONDISI não defende os interesses dos povos indígenas na medida em que pactua com a gestão as irregularidades nas entradas em área indígena das EMSI, omitindo as irregularidades da atual gestão.</p>

		<p>I - manifestar-se sobre as ações e os serviços de atenção à saúde indígena necessários às respectivas comunidades;</p> <p>II - avaliar a execução das ações de atenção à saúde indígena nas comunidades;</p> <p>III - eleger conselheiros representantes das comunidades indígenas para integrarem os Conselhos Distritais de Saúde Indígena;</p> <p>Art. 5º Compete aos Conselhos Distritais de Saúde Indígena:</p> <p>I - participar na elaboração e aprovação do Plano Distrital de Saúde Indígena e acompanhar e avaliar sua execução;</p>		
--	--	---	--	--

		<p>II - avaliar a execução das ações de atenção integral à saúde indígena; e</p> <p>III - apreciar e emitir parecer sobre a prestação de contas dos (DSEI/SESAI/MS).</p> <p>Parágrafo único. As resoluções dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena estão sujeitas a homologação pelo Secretário da SESA/ MS.</p>		
HGU	Institui o Certificado Hospital Amigo do Índio, oferecido aos estabelecimentos de saúde que fazem parte da rede SUS.	<p>Portaria GM nº 645 de 27/03/2006,</p> <p>Art 2º, II – Garantir o direito a interculturalidade e a valorização das praticas tradicionais de saúde nos projetos terapêuticos singulares e na ambiência física”, o V – Garantia de critérios especiais de acesso e acolhimento a partir da avaliação de risco clinico e vulnerabilidade sociocultural, o VII –</p>		Executar o que está garantido na portaria especialmente todos os incisos do art 2º

		<p>garantia de ouvidoria adaptada às especificidades étnoculturais dos povos indígenas , VIII – Garantia do processo de Educação Permanente aos profissionais com respeito a interculturalidade e a valorização das praticas tradicionais de saúde.</p> <p>Art 3º Instituir o Comitê de Certificação e Avaliação dos Hospitais com a seguintes responsabilidades: I - certificar os estabelecimentos de saúde da rede do SUS a partir dos critérios definidos nesta Portaria.</p> <p>II - estabelecer instrumentos, indicadores, metas e avaliação, bem como o período de renovação da certificação; III -</p>		
--	--	--	--	--

		<p>estabelecer critérios de não-renovação da certificação;IV - divulgar nas instâncias de Controle Social do SUS (Conselhos Distritais de Saúde Indígena, Municipais e Estaduais de Saúde), Comissões Bipartite e Tripartite, bem como os relatórios de certificação e avaliação; V - articular com as instâncias de Controle Social do SUS (Conselhos Distritais de Saúde Indígena, Municipais e Estaduais), Comissões Bipartite e Tripartite e o acompanhamento do processo de certificação e avaliação.</p> <p>Art 4º Fica estabelecida a seguinte composição do Comitê de Certificação e Avaliação dos Hospitais Amigos do Índio,</p>		
--	--	---	--	--

		<p>integrado por um representante das seguintes instituições; I - Departamento de Saúde Indígena, da Fundação Nacional de Saúde (DESAI/FUNASA);II - Secretaria de Atenção à Saúde (SAS);III - Conselho Nacional de Saúde (CONASS);IV - Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS);V - Comissão Intersetorial de Saúde do Índio, do Conselho Nacional de Saúde (CISI/CNS);VI - Conselhos Distritais de Saúde Indígena;VII - Fundação Nacional do Índio (FUNAI); e VIII - Sexta Câmara do Ministério Público Federal. Parágrafo único. É facultado ao Comitê de Certificação e Avaliação dos Hospitais</p>		
--	--	---	--	--

		Amigos do Índio a constituição de Grupos de Trabalho Locais para visitas de certificação e avaliação.		
--	--	---	--	--